

REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ/MF n.º 61.584.140/0001-49  
NIRE 35.300.029.780  
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA  
COMPANHIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2022, ÀS 09:00 HORAS

**1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 17 DE MARÇO DE 2022, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2021 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.**

**1. Informar o lucro líquido do exercício:**

R\$ 1.518.708.664,93 em 2021.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

Dividendos de R\$ 1.442.773.231,68, perfazendo R\$ 0,683674004399 por ação ordinária, já tendo sido pago o montante de R\$ 1.101.849.889,75 (R\$ 0,52212371967501 por ação ordinária) até dezembro de 2021. Está previsto o pagamento de R\$ 340.923.341,93 (R\$ 0,161550284724 por ação ordinária) em data a ser definida em Assembleia.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**

100,0%.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

Foram pagos dividendos com base no saldo de reserva de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 291.624.418,16 (0,138189446107 por ações ordinárias).

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Está previsto o pagamento de R\$ 340.923.341,93 (R\$ 0,161550284724 por ação ordinária) em data a ser definida na Assembleia Geral.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A forma e o prazo serão definidos na Assembleia Geral.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Os dividendos serão pagos em data a ser definida em Assembleia Geral. Nessa ocasião serão definidos os critérios para ter direito ao seu recebimento.

Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Dividendos de R\$ 1.101.849.889,75, perfazendo R\$ 0,52212371967501 por ação ordinária.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Já foram pagos os dividendos da seguinte forma: (i) R\$ 341.472.594,04 equivalentes a R\$0,16181055389 por ação ordinária, em 12 de julho; (ii) R\$ 374.651.542,58, equivalentes a R\$0,177532764502 por ação ordinária, em 27 de agosto; (iii) R\$ 385.725.753,13, equivalentes a R\$0,1827800401280 por ação ordinária, em 10 de dezembro de 2021.

6. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Lucro líquido por ação (R\$)	Lucro líquido por ação ordinária (R\$)	Lucro líquido por ação preferencial (R\$)
2021	1.518.708.664,93	0,72	0,72	-
2020	909.867.026,19	0,43	0,43	-
2019	711.504.016,71	0,35	0,35	-

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio):

Exercício	Dividendo total (R\$)	Ação ordinária (R\$)	Ação preferencial (R\$)
2021	1.442.773.231,68	0,683674004399	-
2020	865.555.722,51	0,41025	-
2019	468.921.522,91	0,22787	-

7. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 75.935.433,25

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício (LL) - R\$ 1.518.708.664,93  
 Percentual da Reserva legal - 5%  
 Reserva legal = LL x 5% = 1.518.708.664,93 x 5% = R\$ 75.935.433,25

8. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

9. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

*“Art.32 A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404/76.”*

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor mínimo obrigatório (25%).

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não houve.

**10. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

Não aplicável.

**11. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

Não aplicável.

**14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção - Reserva de Lucro:**

Não houve retenção para Reserva de Lucro.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

Não aplicável.

## 2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

### 10.1. Comentários sobre:

#### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada, principalmente, pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

Dados consolidados - R\$ milhões	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida (a)	9.906,9	9.152,5	7.878,2
Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais (b)	1.451,2	3.966,5	1.029,8
Dívida Líquida (c) = (a) - (b)	8.455,7	5.185,9	6.848,5
Patrimônio Líquido (d)	5.289,4	5.731,4	4.700,7
Dívida líquida / Patrimônio líquido (vezes)	1,60	0,90	1,46

(a) Total de empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, parcelamento de impostos, taxas setoriais e instrumentos financeiros derivativos.

O total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, bem como as disponibilidades financeiras são conciliados abaixo:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>	<b>2.008,8</b>	<b>2.154,4</b>	<b>1.108,6</b>
Empréstimos e financiamentos	1.421,8	1.991,4	750,1
Debêntures	600,9	429,4	304,4
Encargos de dívidas	78,9	75,9	31,8
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	38,5	42,7	46,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(131,3)	(385,0)	(24,0)
<b>Não Circulante</b>	<b>7.425,8</b>	<b>6.315,7</b>	<b>6.695,4</b>
Empréstimos e financiamentos	4.013,1	3.115,8	3.508,4
Debêntures	3.792,2	3.540,0	3.283,6
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	169,3	270,6	314,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(548,8)	(610,6)	(410,7)
<b>Total das dívidas</b>	<b>9.434,6</b>	<b>8.470,1</b>	<b>7.804,0</b>
(-) Disponibilidades financeiras	1.451,2	3.966,535	1.029,8
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>7.983,4</b>	<b>4.503,5</b>	<b>6.774,2</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	321,7	155,9	131,6
(-) Créditos CCC	44,1	15,9	19,9
(-) Créditos CVA	866,9	(420,2)	179,9
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>6.750,7</b>	<b>4.751,9</b>	<b>6.442,8</b>
<b>Indicador relativo</b>			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	1,7	1,8	2,6

Abaixo, a Companhia apresenta seus indicadores de liquidez, que refletem a saúde financeira da Companhia e sua capacidade de honrar compromissos no curto prazo e médio prazo.

Indicadores de Endividamento e Liquidez	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo total)	0,79	0,74	0,75
Composição do Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total) - %	27,8%	33,2%	23,27
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) - vezes	1,36	1,48	1,49

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

#### b) estrutura de capital

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem conservadores e satisfatórios.

A seguir é apresentada a oscilação do indicador Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde (Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida Líquida (a) - R\$ milhões	8.455,7	5.185,9	6.848,5
Patrimônio Líquido - R\$ milhões	5.289,4	5.731,4	4.700,7
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) - %	61,5	47,5	59,3

(a) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades.

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

#### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 2.683,8 milhões em dezembro, frente aos R\$ 2.688,5 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram saldos positivos de R\$ 1.232,7 milhões em dezembro, contra R\$ 1.018,8 milhões em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 6.750,7 milhões, contra R\$ 6.231,1 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,6 vezes em setembro para 1,7 vezes em dezembro de 2021.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está escalonada ao longo dos anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

#### d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui acesso aos mecanismos de financiamento do mercado de capitais tais como debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) de controladas e notas promissórias. Vide também item f desta seção 10.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A diretoria da Companhia esclarece que a Companhia busca financiamentos que aperfeiçoem o seu perfil de endividamento, como financiamentos por meio da Lei 4.131, debêntures, notas comerciais e cédulas de créditos bancários. Alternativamente, a Companhia também pode optar por se financiar mediante o aumento de seu capital social, mediante subscrição pública ou particular de ações de sua emissão.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

A contratação de qualquer endividamento deverá observar:

Aderência ao orçamento aprovado;

Regimento interno da diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações;

Aprovações específicas do conselho de administração;

Prazo médio mínimo perseguido (“duration”);

Limite de concentração em credores;

Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Eletrobrás e BNDES, visando um melhor custo médio do capital de terceiros e um “duration” adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica;

Privilegiar operações sem garantias (“clean”), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia;

Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas;

Instrumentos de acesso ao mercado financeiro nacional (debêntures, commercial papers, FIDCs) deverão ser perseguidos, visando manter a presença da Companhia no mercado financeiro local. Deverão ser preservadas as estruturas de sucesso já desenvolvidas, como o FIDC Energisa, com prazos e custos cada vez mais atraentes;

Adequação da estrutura de capital, de forma a aproximá-las da alavancagem regulatória; e

Limitação de exposição a moedas estrangeiras a 25% do montante total da dívida onerosa.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

i a iv - Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes / outros

### Posição em 31 de dezembro de 2021 (Valores em R\$ mil)

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais) entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	30/09/2021	30/06/2021	31/12/2021	30/09/2021	30/06/2021
<b>Circulante</b>	<b>1,9</b>	<b>0,8</b>	<b>4,1</b>	<b>2.008,8</b>	<b>1.689,1</b>	<b>1.676,7</b>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.421,8	1.200,8	1.224,8
Debêntures	1,4	0,6	3,1	600,9	527,0	541,3
Encargos de dívidas	0,5	0,2	1,0	78,9	66,7	57,9
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	38,5	42,7	42,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(131,3)	(148,1)	(190,0)
<b>Não Circulante</b>	<b>265,5</b>	<b>257,3</b>	<b>249,3</b>	<b>7.425,8</b>	<b>7.230,4</b>	<b>6.332,4</b>
Empréstimos e financiamentos	192,8	186,3	180,0	4.013,1	4.265,3	3.131,7
Debêntures	72,7	71,0	69,3	3.792,2	3.215,9	3.314,1
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	169,3	264,5	262,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(548,8)	(515,3)	(375,4)
<b>Total das dívidas</b>	<b>267,4</b>	<b>258,1</b>	<b>253,4</b>	<b>9.434,6</b>	<b>8.919,6</b>	<b>8.009,1</b>
(-) Disponibilidades financeiras	214,8	226,2	727,1	1.451,2	1.669,664	2.476,079
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>52,7</b>	<b>31,9</b>	<b>(473,7)</b>	<b>7.983,4</b>	<b>7.249,9</b>	<b>5.533,0</b>
(-) Créditos CDE	-	-	-	321,7	175,0	163,9
(-) Créditos CCC	-	-	-	44,1	40,1	31,4
(-) Créditos CVA	-	-	-	866,9	803,7	325,5
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>52,7</b>	<b>31,9</b>	<b>(473,7)</b>	<b>6.750,7</b>	<b>6.231,1</b>	<b>5.012,2</b>
<b>Indicador relativo</b>						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	-	-	-	1,7	1,6	1,4

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2021
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
Pré Fixado	20.249	(1.117)		1.961	22.209
Outros	148.469	-		22.591	171.060
<b>Total do custo</b>	<b>168.718</b>	<b>(1.117)</b>	<b>1.116</b>	<b>24.552</b>	<b>193.269</b>
Circulante	471				471
Não Circulante	168.247				192.798

	Controladora				
	Saldos em 2019	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
Pré Fixado	18.545	(1.117)		1.119	20.249
Outros	128.814	-		19.655	148.469
<b>Total do custo</b>	<b>147.359</b>	<b>(1.117)</b>		<b>1.119</b>	<b>168.718</b>
Circulante	468				471
Não Circulante	146.891				168.247

	Consolidado								
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2021
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
Pré Fixado	29.404	-	(3.219)	(1.554)	1.552	-	-	2.432	28.615
Pós Fixado									
INPC	-	19.118	(1.875)	(794)	2.636	-	-	-	19.085
IPCA	-	863.605	-	(21.104)	82.634	-	-	-	925.135
CDI	2.120.117	310.000	(782.471)	(108.555)	97.985	-	-	-	1.637.076
TR	645.069	-	-	(42.606)	43.078	-	-	-	645.541
<b>Gastos com captação</b>	<b>(748)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.301</b>	<b>(5.254)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.701)</b>
Outros	148.469	-	-	-	-	-	-	22.591	171.060
<b>Total do custo</b>	<b>2.942.311</b>	<b>1.192.723</b>	<b>(787.565)</b>	<b>(174.613)</b>	<b>229.186</b>	<b>(5.254)</b>	<b>-</b>	<b>25.023</b>	<b>3.421.811</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>									
<b>Moeda estrangeira</b>									
Dólar	1.758.442	923.098	(1.148.723)	(35.611)	132.782	-	-	-	1.629.988
Euro	466.762	-	-	(4.513)	348	-	-	-	462.597
<b>Gastos com captação</b>	<b>(1.096)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>756</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(340)</b>
Marcação a mercado	16.652	-	-	-	-	-	(16.905)	-	(253)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>2.240.760</b>	<b>923.098</b>	<b>(1.148.723)</b>	<b>(40.124)</b>	<b>133.886</b>	<b>-</b>	<b>(16.905)</b>	<b>-</b>	<b>2.091.992</b>
<b>Total</b>	<b>5.183.071</b>	<b>2.115.821</b>	<b>(1.936.288)</b>	<b>(214.737)</b>	<b>363.072</b>	<b>(5.254)</b>	<b>(16.905)</b>	<b>25.023</b>	<b>5.513.803</b>
Circulante	2.067.303								1.500.690
Não Circulante	3.115.768								4.013.113

	Consolidado								
	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
Pré Fixado	31.483	-	(4.194)	(1.774)	1.778	-	-	2.111	29.404
Pós Fixado									
CDI	1.513.983	1.073.333	(513.333)	(43.683)	89.817	-	-	-	2.120.117
TR	644.894	-	-	(43.174)	43.349	-	-	-	645.069
<b>Gastos com captação</b>									
Outros	(641)	-	-	-	960	(1.067)	-	-	(748)
Outros	128.814	-	-	-	-	-	-	19.655	148.469
<b>Total do custo</b>	<b>2.318.533</b>	<b>1.073.333</b>	<b>(517.527)</b>	<b>(88.631)</b>	<b>135.904</b>	<b>(1.067)</b>	-	<b>21.766</b>	<b>2.942.311</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>									
<b>Moeda estrangeira</b>									
Dólar	1.747.098	133.725	(575.667)	(60.675)	513.961	-	-	-	1.758.442
Euro	210.506	122.972	-	(3.883)	137.167	-	-	-	466.762
<b>Gastos com captação</b>									
Marcação a mercado	(1.850)	-	-	-	754	-	-	-	(1.096)
Marcação a mercado	15.928	-	-	-	-	-	724	-	16.652
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.971.682</b>	<b>256.697</b>	<b>(575.667)</b>	<b>(64.558)</b>	<b>651.882</b>	-	<b>724</b>	-	<b>2.240.760</b>
<b>Total</b>	<b>4.290.215</b>	<b>1.330.030</b>	<b>(1.093.194)</b>	<b>(153.189)</b>	<b>787.786</b>	<b>(1.067)</b>	<b>724</b>	<b>21.766</b>	<b>5.183.071</b>
Circulante	781.854								2.067.303
Não Circulante	3.508.361								3.115.768

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	2021	2020						
<b>REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.</b>								
Credores "RJ" - Bicbanco	6.932	6.320	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,25%		R
Credores "RJ" - BNB	15.277	13.929	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,25%		R
Credores "RJ" - Opção "C"	171.060	148.469	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,25%		-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>193.269</b>	<b>168.718</b>						
<b>Total Rede Energia Participações S.A.</b>	<b>193.269</b>	<b>168.718</b>						
<b>EMT</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.756	353.498	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,05%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	443.566	481.684	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	5,12%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	-	-	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	5,67% a 5,74%		A
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	320.270	304.361	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	5,22% a 0,00%		A
Santander FRN4133870 (1)	194.743	192.161	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	5,37% a 0,00%		A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	-	137.301	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	9,22% a 0,00%		A
CCB ITAÚ 1011200300114	-	30.499	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	8,52% a 0,00%		A
Santander FRN 4135786	-	332.290	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	9,02% a 0,00%		A
Santander FRN 4137163	-	69.701	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	8,52% a 0,00%		A
Santander FRN 4137165	-	69.700	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	8,52% a 0,00%		A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2021	2020					
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (1)	145.584	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	14,89% a 0,00%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (1)	188.279	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	14,89% a 0,00%	A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração 2020	2.019	-	INPC + 5,460% a.a.	dez/31	Mensal	15,62%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	6.779	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	15,61%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019	170	-	INPC + 5,47% a.a.	out/39	Mensal	15,63%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.417)	(518)					
Total em Moeda Nacional	1.653.749	1.970.677					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	-	128.375	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	8,75% a 9,15%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	40.068	74.624	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,25%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	40.065	74.619	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,35%	A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021	130.840	-	1,2070% a.a.	jun/24	Final	8,60%	A
J P MORGAN Loan (1)	-	139.083	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	8,60%	A
Merryl Lynch Loan (1)	67.509	68.115	0,6870% a.a.	dez/22	Final	-0,20%	A
Scotiabank Loan (1)	274.583	255.699	2,1964% a.a.	dez/22	Final	9,59%	A
Citibank Loan 56416 (1)	64.793	60.347	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	8,15%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1)	-	88.973	2,83% a.a.	jan/21	Final	10,22%	A
Merryl Lynch Loan 25082021 (1)	256.476	-	Libor + 1,70% a.a.	set/23	Final	9,25%	A
Citibank Loan 59606 (1)	111.759	-	Libor + 1,18% a.a.	ago/23	Final	8,73%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(109)	(328)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.071	8.059					
Total em Moeda Estrangeira	987.055	897.566					
Total EMT	2.640.804	2.868.243					
<b>EMS</b>							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.785	291.571	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,05%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	202.403	219.794	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	5,12%	R
Nota Promissória (1)	75.735	71.866	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	5,37%	A
CCB Safra 001660014	80.230	81.816	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	6,22%	A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	-	67.937	CDI + 4,10% a.a.	ago/21	Final	8,52%	A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (1)	118.850	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	14,89%	A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (1)	153.706	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	14,89%	A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração 2020	547	-	INPC + 5,00% a.a.	abr/29	Mensal	15,16%	A
Nota Promissória 3ª emissão (1)	51.809	-	CDI + 1,75% a.a.	jul/24	Final	6,17%	A
EMS X SANTANDER CCB 1038715	155.185	-	CDI + 1,70% a.a.	jul/23	Final	6,12%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.496)	(230)					
Total em Moeda Nacional	1.128.754	732.754					-
Citibank Loan - 4131 (1)	40.346	75.142	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	9,25%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	40.337	75.125	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	9,35%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	2021	2020						
Citibank EDC Loan - 4131 (1,4)	-	-	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	8,38%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	71.635	72.278	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	0,10%		A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	86.080	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	9,22%		A
Loan Citi - 59382 (1)	151.383	-	Libor + 1,16% a.a.	jul/24	Final	8,71%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(92)	(314)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.508)	1.202	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	388.181	223.433						
Total EMS	1.516.935	956.187						
<b>ETO</b>								
Luz para Todos I - Eletrobrás	1.073	4.293	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%		R
CCB ITAÚ 101120030007500	-	20.335	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	8,42%		A
ETO X BNDES - 20.2.0496-1 (1)	180.080	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	14,89%		A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração 2020	1.297	-	INPC + 4,964% a.a.	jun/30	Mensal	15,12%		A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	16	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	15,61%		A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019	53	-	INPC + 4,75% a.a.	ago/23	Mensal	14,91%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(791)	-	-	-	-			-
Total em Moeda Nacional	181.728	24.628						
Resolução 4131 - Itaú (1)	-	270.261	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	11,74%		R
Loan Citi - 4131 (1)	31.326	58.349	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Final	9,25%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	31.317	58.331	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Final	9,35%		A
Merrill lynch Loan (1)	-	161.733	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	8,75%		A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021	86.080	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	9,22%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(87)	(297)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(16)	3.349	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	148.620	551.726						
Total ETO	330.348	576.354						
<b>ESS</b>								
CCB ITAÚ 101120030007400	-	40.672	CDI + 4,00%	mar/21	Final	8,42%		A
ESS X BNDES - 20.2.0497-1	138.636	-	IPCA + 5,10%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	15,16%		A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração 2020	7.731	-	INPC + 4,906%	abr/31	Mensal	15,07%		A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017	73	-	INPC + 5,45%	nov/33	Mensal	15,61%		A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019	400	-	INPC + 4,75%	ago/29	Mensal	14,91%		A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE	9.255	-	CDI + 1,50%	ago/22	Final	5,92%		A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE	9.801	-	CDI + 1,50%	ago/23	Final	5,92%		A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE	94.079	-	CDI + 1,50%	ago/24	Final	5,92%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(997)	-						
Total em Moeda Nacional	258.978	40.672						

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2021	2020					
Loan Citi - 4131 (1)	19.143	35.654	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Annual a partir de 2021	9,25%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	19.147	35.656	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Annual a partir de 2021	9,35%	A
Merrill lynch Loan (1)	-	102.546	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	8,75%	A
Merrill lynch Loan (1)	154.544	155.944	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	-0,02%	A
Scotiabank Loan (1)	68.646	63.925	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	9,59%	A
Merrill lynch Loan (1)	168.909	170.425	0,7257% Pré a.a.	jan/23	Final	8,12%	A
Scotiabank Loan - 14122021 (1)	137.599	-	1,9805% Pré a.a.	dez/24	Final	9,37%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(52)	(157)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	200	4.042	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	568.136	568.035					
Total ESS	827.114	608.707					
<b>CTCE</b>							
Credores "RJ" - BMG	5.333	4.862	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	5.333	4.862					
Total CTCE	5.333	4.862					

Em Moeda Nacional	3.421.811	2.942.311
Em Moeda Estrangeira	2.091.992	2.240.760
Total Rede Consolidada	5.513.803	5.183.071

\*A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

- (1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	<p>Menor ou igual a:</p> <p>4,0x de março/21 em diante</p> <p>Para os financiamentos do BAML (com exceção de duas captações com vencimento em 02/2023), EDC, Citibank e Scotiabank com vencimento até 02/2024, com o</p> <p>Menor ou igual a:</p> <p>4,25x até o vencimento</p> <p>Para os financiamentos com Scotiabank, Citi e BAML com vencimentos a partir de 03/2024</p> <p>Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato:</p> <p>Para os financiamentos com o BNDES.</p>	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 36- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo de 31 de dezembro de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 36 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de risco.

## Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$88.575 (R\$96.887 em 2020), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2021	2020
US\$ x R\$	7,39%	28,93%
CDI	4,42%	2,77%
IPCA	10,06%	4,52%
LIBOR	0,16%	0,28%
TR	0,05%	0,00%
Euro	-0,89%	40,78%
INPC	10,16%	5,45%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	-	1.117.279
2024	-	873.615
2025	-	145.220
2026	-	145.220
Após 2026	192.798	1.731.779
<b>Total</b>	<b>192.798</b>	<b>4.013.113</b>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				Saldos em 2021
	Saldos em 2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Vr Presente	
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>					
Pré Fixado	67.314	(3.339)	3.339	6.844	74.158
<b>Total ao custo</b>	<b>67.314</b>	<b>(3.339)</b>	<b>3.339</b>	<b>6.844</b>	<b>74.158</b>
Circulante	1.409				1.409
Não Circulante	65.905				72.749

	Controladora				
	Saldos em 2019	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>					
Pré Fixado	61.355	(3.339)	3.348	5.950	67.314
<b>Total ao custo</b>	<b>61.355</b>	<b>(3.339)</b>	<b>3.348</b>	<b>5.950</b>	<b>67.314</b>
Circulante	1.400				1.409
Não Circulante	59.955				65.905

	Consolidado								
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2021
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	67.314	-	-	(3.339)	3.339	-	-	6.844	74.158
Pos Fixado									
CDI	2.058.841	-	(399.533)	(78.621)	100.953	-	-	-	1.681.640
IPCA	1.704.789	752.000	-	(86.845)	294.820	-	-	-	2.664.764
<b>Gastos com captação</b>	<b>(32.517)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.767</b>	<b>(23.066)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(46.816)</b>
Marcação a mercado	170.969	-	-	-	-	-	(151.625)	-	19.344
<b>Total ao custo</b>	<b>3.969.396</b>	<b>752.000</b>	<b>(399.533)</b>	<b>(168.805)</b>	<b>407.879</b>	<b>(23.066)</b>	<b>(151.625)</b>	<b>6.844</b>	<b>4.393.090</b>
Circulante	429.417								600.911
Não Circulante	3.539.979								3.792.179

	Consolidado								
	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	61.355	-	-	(3.339)	3.348	-	-	5.950	67.314
CDI	2.088.242	785.825	(801.734)	(92.558)	79.066	-	-	-	2.058.841
IPCA	1.311.751	325.000	-	(66.970)	135.008	-	-	-	1.704.789
<b>Gastos com captação</b>	<b>(27.813)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.170</b>	<b>(13.874)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(32.517)</b>
Marcação a mercado	154.497	-	-	-	-	-	16.472	-	170.969
<b>Total ao custo</b>	<b>3.588.032</b>	<b>1.110.825</b>	<b>(801.734)</b>	<b>(162.867)</b>	<b>226.592</b>	<b>(13.874)</b>	<b>16.472</b>	<b>5.950</b>	<b>3.969.396</b>
Circulante	304.423								429.417
Não Circulante	3.283.609								3.539.979

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2021	2020							
<b>REDE ENERGIA</b>									
4ª Emissão	74.158	67.314	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%	SG
<b>Total REDE ENERGIA</b>	<b>74.158</b>	<b>67.314</b>							
<b>ETO</b>									
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	51.774	46.739	15/06/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	15,66%	SG
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	46.483	41.963	15/06/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	12.050	10.879	15/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.247	2.028	15/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.185	3.777	15/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	39.468	77.929	15/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 4ª Emissão	292.403	263.969	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	238.972	237.970	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	5,37%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.364	162.677	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	5,57%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.840	7.056	11/10/20	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	60.565	54.499	11/10/20	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	SG
Debêntures 7ª Emissão	84.555	-	15/10/21	82.000 / 82.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	SG
Custos de captação	(6.691)	(7.827)							
Marcação à Mercado de Dívida	395	46.204							
<b>Total ETO</b>	<b>997.610</b>	<b>947.863</b>							
<b>EMS</b>									
Debêntures 8ª Emissão	102.263	201.202	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	4,75%	A
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	13.614	12.290	15/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.538	2.292	15/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	4.728	4.268	15/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	44.590	88.041	15/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 10ª Emissão	-	11.066	15/02/18	15.000 / 1.095	CDI +0,95%	fev / 21	Final	5,37%	SG
Debêntures 11ª Emissão	188.843	170.480	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 12ª Emissão	110.623	110.160	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,15%	A
Debêntures 13ª Emissão	19.339	56.905	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	5,15%	A
Debêntures 14ª Emissão	143.914	141.021	25/08/20	139.471 / 139.471	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	6,72%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	9.789	8.809	11/10/20	8.590 / 8.590	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	75.719	68.134	11/10/20	66.410 / 66.410	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	SG
Debêntures 16ª Emissão	329.970	-	15/10/21	320.000 / 320.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	A
Custos de captação	(14.424)	(5.190)							
Marcação à Mercado de Dívida	9.148	23.986							

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2021	2020							
<b>Total EMS</b>	<b>1.040.654</b>	<b>893.464</b>							
<b>EMT</b>									
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	106.598	96.232	15/06/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	15,66%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	95.704	86.398	15/06/17	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	13.338	12.041	15/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.487	2.245	15/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.632	4.182	15/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	43.685	86.257	15/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 8ª Emissão	-	87.547	15/02/18	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	5,52%	SG
Debêntures 9ª Emissão	469.059	423.451	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.164	117.668	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,15%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.689	32.553	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	5,47%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	133.742	131.378	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	5,37%	A
Debêntures 12ª Emissão	393.503	385.591	25/08/20	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	6,72%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	68.431	61.696	15/10/20	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	79.628	71.786	15/10/20	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	A
Debêntures 14ª Emissão	360.906	-	15/10/21	350.000 / 350.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	A
Custos de captação	(22.281)	(14.835)							
Marcação à Mercado de Dívida	9.614	77.956							
<b>Total EMT</b>	<b>1.909.899</b>	<b>1.662.146</b>							
<b>ESS</b>									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	56.034	50.586	15/06/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	15,66%	SG
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	50.307	45.414	15/06/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	10.854	9.798	15/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.023	1.827	15/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.770	3.403	15/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	35.551	70.195	15/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 4ª Emissão	85.285	76.992	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 5ª Emissão	61.773	60.681	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	5,57%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.840	7.056	11/10/20	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	60.565	54.499	11/10/20	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	SG
Custos de captação	(3.420)	(4.665)							
Marcação à Mercado de Dívida	187	22.823							
<b>Total ESS</b>	<b>370.769</b>	<b>398.609</b>							
<b>TOTAL</b>	<b>4.420.562</b>	<b>3.830.944</b>							
Custos de captação	(46.816)	(32.517)							
Marcação à Mercado de Dívida	19.344	170.969							

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2021	2020							
Total em moeda nacional	4.393.090	3.969.396							
CONSOLIDADO	4.393.090	3.969.396							

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$268.871 (R\$274.734 em 2020) de ajuste a valor presente.

#### Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	<p>Menor ou igual a:</p> <p>4,0x de março/21 em diante</p> <p>Para a 9ª, 10ª e 11ª emissões da EMT, 11ª, 12ª e 13ª emissões da EMS, 4ª e 5ª emissões da ETO, 4ª e 5ª emissões da ESS,</p> <p>Menor ou igual a:</p> <p>4,0x até a data de vencimento (não considera CVA no cálculo)</p> <p>Para 8ª emissão da EMS,</p> <p>Menor ou igual a:</p> <p>4,25x até o vencimento</p> <p>Para 14ª, 15ª e 16ª emissões da EMS e 12ª, 13ª e 14ª emissões da EMT</p>	Trimestral e Anual

(\*) Para 12ª e 13ª emissão de Debêntures da Energisa Mato Grosso, 14ª emissão da Energisa Mato Grosso do Sul possui limite de 4,25x até o vencimento.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

#### Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	-	633.803
2024	-	1.166.858
2025	-	565.710
2026	-	158.937
Após 2026	72.749	1.266.871
<b>Total</b>	<b>72.749</b>	<b>3.792.179</b>

### Posição em 31 de dezembro de 2020 (Valores em R\$ mil)

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais) entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020:

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2020	30/09/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>	<b>1,9</b>	<b>0,8</b>	<b>1,9</b>	<b>2.154,4</b>	<b>1.961,7</b>	<b>1.108,6</b>
Empréstimos e financiamentos	-	0,2	-	1.991,4	1.857,8	750,1
Debêntures	1,4	0,6	1,4	429,4	424,4	304,4
Encargos de dívidas	0,5	-	0,5	75,9	64,8	31,8
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	42,7	46,4	46,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(385,0)	(431,8)	(24,0)
<b>Não Circulante</b>	<b>234,2</b>	<b>227,0</b>	<b>206,8</b>	<b>6.315,7</b>	<b>6.390,0</b>	<b>6.695,4</b>
Empréstimos e financiamentos	168,2	162,6	146,9	3.115,8	3.410,2	3.508,4
Debêntures	65,9	64,4	60,0	3.540,0	3.316,4	3.283,6
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	270,6	326,1	314,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(610,6)	(662,8)	(410,7)
<b>Total das dívidas</b>	<b>236,0</b>	<b>227,8</b>	<b>208,7</b>	<b>8.470,1</b>	<b>8.351,6</b>	<b>7.804,0</b>
(-) Disponibilidades financeiras	581,5	524,8	62,7	3.966,5	3.538,6	1.029,8
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>(345,5)</b>	<b>(297,0)</b>	<b>146,0</b>	<b>4.503,525</b>	<b>4.813,0</b>	<b>6.774,2</b>
(-) Créditos CDE	-	-	-	155,9	133,5	131,6
(-) Créditos CCC	-	-	-	15,9	17,3	19,9
(-) Créditos CVA	-	-	-	(420,2)	(493,2)	179,9
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>(345,5)</b>	<b>(297,0)</b>	<b>146,0</b>	<b>4.751,9</b>	<b>5.155,4</b>	<b>6.442,8</b>
<b>Indicador relativo</b>						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	-	-	-	1,8	2,1	2,6

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 2019	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pré Fixado	18.545	(1.117)	1.119	1.702	20.249
Outros	128.814	-	-	19.655	148.469
<b>Total do custo</b>	<b>147.359</b>	<b>(1.117)</b>	<b>1.119</b>	<b>21.357</b>	<b>168.718</b>
Circulante	468				471
Não Circulante	146.891				168.247

	Controladora							
	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	17.067	-	-	(1.115)	1.116	-	1.477	18.545
Outros	129.502	-	(191.613)	-	-	-	190.925	128.814
<b>Total do custo</b>	<b>146.569</b>	<b>-</b>	<b>(191.613)</b>	<b>(1.115)</b>	<b>1.116</b>	<b>-</b>	<b>192.402</b>	<b>147.359</b>
Circulante	468							468
Não Circulante	146.101							146.891

	Consolidado								
	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	31.483	-	(4.194)	(1.774)	1.778	-	-	2.111	29.404
Pós Fixado									
CDI	1.513.983	1.073.333	(513.333)	(43.683)	89.817	-	-	-	2.120.117
TR	644.894	-	-	(43.174)	43.349	-	-	-	645.069
Gastos com captação	(641)	-	-	-	960	(1.067)	-	-	(748)
Outros	128.814	-	-	-	-	-	-	19.655	148.469
<b>Total do custo</b>	<b>2.318.533</b>	<b>1.073.333</b>	<b>(517.527)</b>	<b>(88.631)</b>	<b>135.904</b>	<b>(1.067)</b>	<b>-</b>	<b>21.766</b>	<b>2.942.311</b>
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.747.098	133.725	(575.667)	(60.675)	513.961	-	-	-	1.758.442
Euro	210.506	122.972	-	(3.883)	137.167	-	-	-	466.762
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	754	-	-	-	(1.096)
Marcação a mercado	15.928	-	-	-	-	-	724	-	16.652
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.971.682</b>	<b>256.697</b>	<b>(575.667)</b>	<b>(64.558)</b>	<b>651.882</b>	<b>-</b>	<b>724</b>	<b>-</b>	<b>2.240.760</b>
<b>Total</b>	<b>4.290.215</b>	<b>1.330.030</b>	<b>(1.093.194)</b>	<b>(153.189)</b>	<b>787.786</b>	<b>(1.067)</b>	<b>724</b>	<b>21.766</b>	<b>5.183.071</b>
Circulante	781.854								2.067.303
Não Circulante	3.508.361								3.115.768

	Consolidado								
	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	34.191	-	(4.540)	(2.038)	2.037	-	-	1.833	31.483
Pós Fixado									
Selic	18.706	-	(18.706)	(538)	538	-	-	-	-
CDI	1.568.587	345.000	(395.361)	(119.190)	114.947	-	-	-	1.513.983
TR	644.721	-	-	(43.176)	43.349	-	-	-	644.894
Gastos com captação	(540)	-	-	-	751	(852)	-	-	(641)
Outros	129.502	-	(191.612)	-	-	-	-	190.924	128.814
Total do custo	2.395.167	345.000	(610.219)	(164.942)	161.622	(852)	-	192.757	2.318.533
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.515.627	250.000	(78.038)	(71.017)	130.526	-	-	-	1.747.098
Euro	-	210.000	-	(886)	1.392	-	-	-	210.506
Gastos com captação	(2.606)	-	-	-	756	-	-	-	(1.850)
Marcação a mercado	14.014	-	-	-	-	-	1.914	-	15.928
Total ao valor justo	1.527.035	460.000	(78.038)	(71.903)	132.674	-	1.914	-	1.971.682
Total	3.922.202	805.000	(688.257)	(236.845)	294.296	(852)	1.914	192.757	4.290.215
Circulante	527.365								781.854
Não Circulante	3.394.837								3.508.361

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	2020	2019						
<b>REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.</b>								
Credores "RJ" - Bicbanco	6.320	5.788	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		R
Credores "RJ" - BNB	13.929	12.757	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		R
Credores "RJ" - Opção "C"	148.469	128.814	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		-
Total em Moeda Nacional	168.718	147.359						
Total Rede Energia Participações S.A.	168.718	147.359						
<b>EMT</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.498	353.402	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	481.684	482.682	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	3,47%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	-	450.626	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	4,02% a 4,0%	9%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	304.361	293.823	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	3,57% a 0%	0%	A
Santander FRN4133870 (1)	192.161	-	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	3,72% a 0%	0%	A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	137.301	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	7,57% a 0%	0%	A
CCB ITAÚ 1011200300114	30.499	-	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	6,87% a 0%	0%	A
Santander FRN 4135786	332.290	-	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	7,37% a 0%	0%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2020	2019					
Santander FRN 4137163	69.701	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	6,87% a 0,0	A
Santander FRN 4137165	69.700	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	6,87% a 0,0	A
Custo de captação incorrido na contratação	(518)	(641)					
Total em Moeda Nacional	1.970.677	1.579.892					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	128.375	214.059	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	30,41% a 30,81%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	74.624	57.899	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Final	30,91%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	74.619	57.892	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Final	31,01%	A
Citibank Loan - 4131 (1,4)	-	128.422	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	30,03%	A
J P MORGAN Loan (1)	139.083	108.167	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	30,26%	A
Merryl Lynch Loan (1)	68.115	48.387	0,6870% a.a.	dez/22	Final	41,47%	A
Scotiabank Loan (1)	255.699	198.327	2,1964% a.a.	dez/22	Final	31,13%	A
Citibank Loan 56416 (1)	60.347	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	29,81%	A
Citibank Loan 12062020	88.973	-	2,83% a.a.	jan/21	Final	31,76%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(328)	(547)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	8.059	3.238					
Total em Moeda Estrangeira	897.566	815.844					
Total EMT	2.868.243	2.395.736					
<b>EMS</b>							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.571	291.492	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	219.794	220.250	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	3,47%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander (4)	-	66.602	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	3,66%	A
Nota Promissória (1)	71.866	-	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	3,72%	A
CCB Safra 001660014	81.816	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	5,27%	A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	67.937	-	CDI + 4,10% a.a.	ago/21	Final	6,87%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(230)	-					
Total em Moeda Nacional	732.754	578.344					
Citibank Loan - 4131 (1)	75.142	58.398	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Final	30,91%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	75.125	58.367	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Final	31,01%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1,4)	-	69.151	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	30,04%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	72.278	51.345	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	41,77%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(314)	(535)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.202	2.339					
Total em Moeda Estrangeira	223.433	239.065					
Total EMS	956.187	817.409					
<b>ETO</b>							
Luz para Todos I - Eletrobrás	4.293	8.486	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%	R
CCB ITAÚ 101120030007500	20.335	-	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	6,77%	R

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2020	2019					
Total em Moeda Nacional	24.628	8.486					
Resolução 4131 - Itaú (1)	270.261	209.563	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	33,28%	R
Loan Citi - 4131 (1)	58.349	45.358	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	58.331	45.329	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Merrill lynch Loan (1)	161.733	125.885	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	30,41%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(297)	(507)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.349	6.729	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	551.726	432.357					
Total ETO	576.354	440.843					
<b>ESS</b>							
CCB ITAÚ 101120030007400	40.672	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	6,77%	A
Total em Moeda Nacional	40.672	-					
Loan Citi - 4131 (1)	35.654	27.663	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	30,91%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	35.656	27.663	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,01%	A
Merrill lynch Loan (1,4)	-	120.883	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	30,31%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1,4)	-	64.834	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	30,48%	A
Merrill lynch Loan (1)	102.546	79.656	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	30,41%	A
Merrill lynch Loan (1)	155.944	110.774	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	41,65%	A
Scotiabank Loan (1)	63.925	49.582	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	31,13%	A
Merrill lynch Loan (1)	170.425	-	0,7257% Pré a.a.	jan/23	Final	29,66%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(157)	(261)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.042	3.622	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	568.035	484.416					
Total ESS	608.707	484.416					
<b>CTCE</b>							
Credores "RJ" - BMG	4.862	4.452	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	4.862	4.452					
Total CTCE	4.862	4.452					
Em Moeda Nacional	2.942.311	2.318.533					
Em Moeda Estrangeira	2.240.760	1.971.682					
Total Rede Consolidada	5.183.071	4.290.215					

\*A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida Líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25x em 2020; 4,0x de Março/21 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 38 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de risco. A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Em 17 de janeiro, 16 e 30 de março de 2020, 24 e 27 de abril de 2020 as controladas abaixo efetuaram a liquidação dos contratos no valor total de R\$962.371 conforme demonstrado no quadro abaixo.

Empresa	Valor Liquidado
Energisa Mato Grosso (EMT)	610.519
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	150.712
Energisa Sul Sudeste (ESS)	201.140
Total Liquidado	962.371

#### Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$96.887 (R\$97.264 em 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2020	2019
US\$ x R\$	28,93%	4,02%
CDI	2,77%	5,96%
IPCA	4,52%	4,31%
LIBOR	0,28%	2,33%
TR	0,00%	0,00%
Euro	40,78%	2,06%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2022	-	1.349.325
2023	-	434.695
2024	-	70.566
2025	-	70.566
Após 2025	168.247	1.190.616
<b>Total</b>	<b>168.247</b>	<b>3.115.768</b>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 2019	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado					
Pré Fixado	61.355	(3.339)	3.348	5.950	67.314
<b>Total ao custo</b>	<b>61.355</b>	<b>(3.339)</b>	<b>3.348</b>	<b>5.950</b>	<b>67.314</b>
Circulante	1.400				1.409
Não Circulante	59.955				65.905

	Controladora								
	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
<b>Total ao custo</b>	<b>56.966</b>	<b>-</b>	<b>(8.387)</b>	<b>(3.339)</b>	<b>3.339</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.776</b>	<b>61.355</b>
Circulante	1.400								1.400
Não Circulante	55.566								59.955

	Consolidado									
	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2020	
Mensuradas ao custo - pós fixado										
Pré Fixado	61.355	-	-	(3.339)	3.348	-	-	5.950	67.314	
CDI	2.088.242	785.825	(801.734)	(92.558)	79.066	-	-	-	2.058.841	
IPCA	1.311.751	325.000	-	(66.970)	135.008	-	-	-	1.704.789	
Gastos com captação	(27.813)	-	-	-	9.170	(13.874)	-	-	(32.517)	
Marcação a mercado	154.497	-	-	-	-	-	16.472	-	170.969	
<b>Total ao custo</b>	<b>3.588.032</b>	<b>1.110.825</b>	<b>(801.734)</b>	<b>(162.867)</b>	<b>226.592</b>	<b>(13.874)</b>	<b>16.472</b>	<b>5.950</b>	<b>3.969.396</b>	
Circulante	304.423								429.417	
Não Circulante	3.283.609								3.539.979	

	Consolidado								
	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2019
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
CDI	1.430.781	660.000	-	(124.268)	121.729	-	-	-	2.088.242
IPCA	1.261.107	-	-	(61.082)	111.726	-	-	-	1.311.751
Gastos com captação	(33.953)	-	-	-	8.469	(2.329)	-	-	(27.813)
Marcação a mercado	77.778	-	-	-	-	-	76.719	-	154.497
<b>Total ao custo</b>	<b>2.792.679</b>	<b>660.000</b>	<b>(8.387)</b>	<b>(188.689)</b>	<b>245.263</b>	<b>(2.329)</b>	<b>76.719</b>	<b>12.776</b>	<b>3.588.032</b>
Circulante	41.058								304.423
Não Circulante	2.751.621								3.283.609

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias *
	2020	2019							
<b>REDE ENERGIA</b>									
4ª Emissão	67.314	61.355	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a.	nov-35	Final	1,00%	-
<b>Total REDE ENERGIA</b>	<b>67.314</b>	<b>61.355</b>							
<b>ETO</b>									
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	46.739	44.704	15/06/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	10,12%	-
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	41.963	40.136	15/06/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	10,18%	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	10.879	10.407	15/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	9,01%	-
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.028	1.940	15/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,23%	-
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.777	3.614	15/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,63%	-
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	77.929	117.663	15/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%	-
Debêntures 4ª Emissão	263.969	252.529	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,60%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	237.970	238.300	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a.	jun / 24	Final	3,72%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	162.677	162.902	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a.	jun / 26	Final	3,92%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.056	-	11/10/20	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%	-
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	54.499	-	11/10/20	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%	-
Custos de captação	(7.827)	(7.874)							
Marcação à Mercado de Dívida	46.204	41.598							
<b>Total ETO</b>	<b>947.863</b>	<b>905.919</b>							
<b>EMS</b>									
Debêntures 8ª Emissão	201.202	304.713	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	2,98%	A

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias *
	2020	2019							
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	12.290	11.757	15/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	9,01%	-
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.292	2.192	15/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,23%	-
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	4.268	4.084	15/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,63%	-
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	88.041	132.932	15/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%	-
Debêntures 10ª Emissão	11.066	153.506	15/02/18	15.000 / 1.095	CDI +0,95%	fev / 21	Final	3,72%	A
Debêntures 11ª Emissão	170.480	163.092	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,60%	A
Debêntures 12ª Emissão	110.160	110.312	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	3,50%	A
Debêntures 13ª Emissão	56.905	-	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a.	jan / 22	Semestral	3,50%	A
Debêntures 14ª Emissão	141.021	-	25/08/20	139.471 / 139.471	CDI + 2,30% a.a.	ago / 25	Anual após ago/23	5,07%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	8.809	-	11/10/20	8.590 / 8.590	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%	-
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	68.134	-	11/10/20	66.410 / 66.410	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%	-
Custos de captação	(5.190)	(3.511)							
Marcação à Mercado de Dívida	23.986	20.958							
<b>Total EMS</b>	<b>893.464</b>	<b>900.035</b>							
<b>EMT</b>									
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	96.232	92.042	15/06/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	10,12%	-
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	86.398	82.635	15/06/17	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	10,18%	-
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	12.041	11.519	15/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	9,01%	-
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.245	2.148	15/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,23%	-
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.182	4.001	15/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,63%	-
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	86.257	130.237	15/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%	-
Debêntures 8ª Emissão	87.547	481.259	15/02/18	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a.	fev / 21	Final	3,87%	A
Debêntures 9ª Emissão	423.451	405.099	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,60%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	117.668	117.833	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	3,50%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.553	32.598	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a.	jun / 29	Anual após jun/27	3,82%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	131.378	-	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	3,72%	A
Debêntures 12ª Emissão	385.591	-	25/08/20	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a.	ago / 25	Anual após ago/23	5,07%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	61.696	-	15/10/20	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	71.786	-	15/10/20	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%	A
Custos de captação	(14.835)	(12.765)							

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias *
	2020	2019							
Marcação à Mercado de Dívida	77.956	70.636							
Total EMT	1.662.146	1.417.242							
ESS									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	50.586	48.383	15/06/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	10,12%	-
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	45.414	43.437	15/06/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	10,18%	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	9.798	9.373	15/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	9,01%	-
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	1.827	1.748	15/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,23%	-
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.403	3.256	15/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,63%	-
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	70.195	105.987	15/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,98%	-
Debêntures 4ª Emissão	76.992	73.655	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,60%	A
Debêntures 5ª Emissão	60.681	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a.	fev / 25	Final	3,92%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	7.056	-	11/10/20	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	8,75%	-
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	54.499	-	11/10/20	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	8,99%	-
Custos de captação	(4.665)	(3.663)							
Marcação à Mercado de Dívida	22.823	21.305							
Total ESS	398.609	303.481							
TOTAL	3.830.944	3.461.348							
Custos de captação	(32.517)	(27.813)							
Marcação à Mercado de Dívida	170.969	154.497							
Total em moeda nacional	3.969.396	3.588.032							
CONSOLIDADO	3.969.396	3.588.032							

A Companhia e suas controladas no decorrer do exercício de 2020 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
EMT	130.000	15/02/2020	Única	11ª	3,72%
EMS	75.000	22/01/2020	Única	13ª	3,50%
ESS	60.000	15/02/2020	Única	5ª	3,92%
EMT	381.354	25/08/2020	Única	12ª	5,07%
EMS	139.471	25/08/2020	Única	14ª	5,07%
ESS	60.000	11/10/2020	1ª e 2ª	6ª	8,75% e 8,99%
EMT	130.000	15/10/2020	1ª e 2ª	13ª	8,75% e 8,99%
EMS	75.000	11/10/2020	1ª e 2ª	15ª	8,75% e 8,99%
ETO	60.000	11/10/2020	1ª e 2ª	6ª	8,75% e 8,99%
<b>Total</b>	<b>1.110.825</b>				

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$274.734 (R\$279.824 em 2019) de ajuste a valor presente.

Em 24 de setembro de 2020 a Companhia e suas controladas efetuaram a liquidação de Debêntures, conforme segue:

Empresa	Valor Liquidado	Data	Nº da Emissão	Nº Debêntures Liquidadas
EMT	384.644	24/09/2020	8ª	38.342
EMS	139.471	24/09/2020	10ª	13.905
Total	524.115			52.247

#### Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a:4,25x em 2020; 4,00x de Mar/21 em diante	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (**)	Menor ou igual a:4,75x em 2020; 4,00x de Mar/21 em diante	Trimestral e Anual

(\*) Para 12ª e 13ª emissão de Debêntures da Energisa Mato Grosso, 14ª emissão da Energisa Mato Grosso do Sul possui limite de 4,25x até o vencimento.

(\*\*) Sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

#### Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2022	-	526.592
2023	-	645.564
2024	-	1.184.827
2025	-	577.519
Após 2025	65.905	605.477
Total	65.905	3.539.979

### Posição em 31 de dezembro de 2019 (Valores em R\$ mil)

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais) entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019:

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	30/09/2018	31/12/2018	31/12/2019	30/09/2018	31/12/2018
<b>Circulante</b>	<b>1,9</b>	<b>0,7</b>	<b>1,9</b>	<b>1.108,6</b>	<b>1.101,1</b>	<b>761,8</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	-	750,1	765,6	491,5
Debêntures	1,4	0,5	1,4	304,4	41,1	41,1
Encargos de dívidas	0,5	0,2	0,5	31,8	67,0	35,8
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	-	-	-	46,4	27,2	36,9
Taxas regulamentares	-	-	-	-	53,9	39,5
Parcelamento de débitos energia comprada Itaipu	-	-	-	-	107,3	78,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(24,0)	39,0	39,0
<b>Não Circulante</b>	<b>206,8</b>	<b>195,7</b>	<b>201,7</b>	<b>6.695,4</b>	<b>5.104,1</b>	<b>6.038,6</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	146,9	141,3	146,1	3.508,4	3.377,7	3.394,8
Debêntures	60,0	54,4	55,6	3.283,6	1.832,2	2.751,6
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	-	-	-	314,1	115,4	180,5
Taxas regulamentares	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de débitos energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(410,7)	(221,2)	(288,3)
<b>Total das dívidas</b>	<b>208,7</b>	<b>196,4</b>	<b>203,6</b>	<b>7.804,0</b>	<b>6.205,2</b>	<b>6.800,4</b>
(-) Disponibilidades financeiras	62,7	77,6	224,1	1.029,8	871,1	1.104,7
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>146,0</b>	<b>118,8</b>	<b>(20,5)</b>	<b>6.774,2</b>	<b>5.334,1</b>	<b>5.695,7</b>
(-) Créditos CDE	-	-	-	131,6	147,9	143,0
(-) Créditos CCC	-	-	-	19,9	26,0	55,2
(-) Créditos CVA	-	-	-	179,9	375,3	320,9
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>146,0</b>	<b>118,8</b>	<b>(20,5)</b>	<b>6.442,8</b>	<b>4.784,9</b>	<b>5.176,6</b>
<b>Indicador relativo</b>						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	-	-	-	2,6	2,4	2,6

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

## Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora								
	Saldo em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2019	
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
Pré Fixado	17.067	-	-	(1.115)	1.116	-	1.477	18.545	
Outros	129.502	-	(191.613)	-	-	-	190.925	128.814	
<b>Total do custo</b>	<b>146.569</b>	<b>-</b>	<b>(191.613)</b>	<b>(1.115)</b>	<b>1.116</b>	<b>-</b>	<b>192.402</b>	<b>147.359</b>	
Circulante	468							468	
Não Circulante	146.101							146.891	
	Consolidado								
	Saldo em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2019
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
Pré Fixado	34.191	-	(4.540)	(2.038)	2.037	-	-	1.833	31.483
Pós Fixado									
Selic	18.706	-	(18.706)	(538)	538	-	-	-	-
CDI	1.568.587	345.000	(395.361)	(119.190)	114.947	-	-	-	1.513.983
TR	644.721	-	-	(43.176)	43.349	-	-	-	644.894
<b>Gastos com captação</b>	<b>(540)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>751</b>	<b>(852)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(641)</b>
Outros	129.502	-	(191.612)	-	-	-	-	190.924	128.814
<b>Total do custo</b>	<b>2.395.167</b>	<b>345.000</b>	<b>(610.219)</b>	<b>(164.942)</b>	<b>161.622</b>	<b>(852)</b>	<b>-</b>	<b>192.757</b>	<b>2.318.533</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>									
<b>Moeda estrangeira</b>									
Dólar	1.515.627	250.000	(78.038)	(71.017)	130.526	-	-	-	1.747.098
Euro	-	210.000	-	(886)	1.392	-	-	-	210.506
<b>Gastos com captação</b>	<b>(2.606)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>756</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.850)</b>
Marcação a mercado	14.014	-	-	-	-	-	1.914	-	15.928
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.527.035</b>	<b>460.000</b>	<b>(78.038)</b>	<b>(71.903)</b>	<b>132.674</b>	<b>-</b>	<b>1.914</b>	<b>-</b>	<b>1.971.682</b>
<b>Total</b>	<b>3.922.202</b>	<b>805.000</b>	<b>(688.257)</b>	<b>(236.845)</b>	<b>294.296</b>	<b>(852)</b>	<b>1.914</b>	<b>192.757</b>	<b>4.290.215</b>
Circulante	527.365								781.854
Não Circulante	3.394.837								3.508.361

	Controladora							
	Saldo em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2018
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda nacional</b>								
Pré Fixado	15.784	-	-	(1.116)	1.116	-	1.283	17.067
Outros	2.442	-	-	-	-	-	17.060	129.502
<b>Total do custo</b>	<b>128.226</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.116)</b>	<b>1.116</b>	<b>-</b>	<b>18.343</b>	<b>146.569</b>
Circulante	68							468
Não Circulante	27.758							46.101

	Consolidado								
	Saldo em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2018
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda nacional</b>									
Pré Fixado	37.897	-	(5.385)	(2.250)	2.338	-	-	1.591	34.191
TJLP e TLP	396.282	-	(395.881)	(9.591)	9.190	-	-	-	-
Selic	315.329	-	(300.644)	(4.605)	8.626	-	-	-	18.706
CDI	1.381.661	615.000	(442.402)	(107.477)	121.805	-	-	-	1.568.587
TR	644.722	-	-	(43.177)	43.176	-	-	-	644.721
<b>Gastos com captação</b>	<b>(5.507)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.278</b>	<b>(1.311)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(540)</b>
Outros	112.442	-	-	-	-	-	-	17.060	129.502
<b>Total do custo</b>	<b>2.882.826</b>	<b>615.000</b>	<b>(1.144.312)</b>	<b>(167.100)</b>	<b>191.413</b>	<b>(1.311)</b>	<b>-</b>	<b>18.651</b>	<b>2.395.167</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>									
<b>Moeda estrangeira</b>									
Dólar	614.556	982.614	(226.871)	(40.371)	185.699	-	-	-	1.515.627
Euro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Gastos com captação</b>	<b>(3.413)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>807</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.606)</b>
Marcação a mercado	3.290	-	-	-	-	-	10.724	-	14.014
<b>Total ao valor justo</b>	<b>614.433</b>	<b>982.614</b>	<b>(226.871)</b>	<b>(40.371)</b>	<b>186.506</b>	<b>-</b>	<b>10.724</b>	<b>-</b>	<b>1.527.035</b>
<b>Total</b>	<b>3.497.259</b>	<b>1.597.614</b>	<b>(1.371.183)</b>	<b>(207.471)</b>	<b>377.919</b>	<b>(1.311)</b>	<b>10.724</b>	<b>18.651</b>	<b>3.922.202</b>
Circulante	772.808								527.365
Não Circulante	2.724.451								3.394.837

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	2019	2018						
<b>REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.</b>								
Credores "RJ" - Bicbanco	5.788	5.326	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		R
Credores "RJ" - BNB	12.757	11.741	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		R
Credores "RJ" - Opção "C"	128.814	129.502	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%		-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>147.359</b>	<b>146.569</b>						
<b>Total Rede Energia Participações S.A.</b>	<b>147.359</b>	<b>146.569</b>						
<b>EMT</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	482.682	483.240	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	6,66%		R
CCB - Santander(1)	-	5.363	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,24%		R + A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	450.626	517.965	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	7,2% a 8%	7,2%	A
Nota Promissória 2ª Emissão	293.823	-	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	6,7% a 0%	0,0%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(641)	-						
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>1.579.892</b>	<b>1.359.875</b>						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	214.059	205.940	Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final	7,5% a 7,9%		A
Citibank Loan - 4131 (1)	57.899	55.688	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	8,05%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	57.892	55.678	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	8,15%		A
Citibank Loan - 4131 (1)	128.422	123.546	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	7,17%		A
BBM Loan - 4131 (1)	-	73.707	3,39% a.a. Pré Libor + 1,05% a.a.	out/19	Final	7,41%		A
J P MORGAN Loan (1)	108.167	103.664	a.a.	nov/21	Final	7,40%		A
Merryl Lynch Loan (1)	48.387	-	0,6870% a.a.	dez/22	Final	2,75%		A
Scotiabank Loan (1)	198.327	-	2,1964% a.a.	dez/22	Final	6,22%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(547)	(766)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.238	4.650						
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>815.844</b>	<b>622.107</b>						
<b>Total EMT</b>	<b>2.395.736</b>	<b>1.981.982</b>						
<b>EMS</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.492	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,00%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.250	220.504	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	6,66%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander	66.602	-	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	6,85%		A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>578.344</b>	<b>511.918</b>						
Citibank Loan - 4131 (1)	58.398	56.189	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	8,05%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	58.367	56.152	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	8,15%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	69.151	66.525	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	7,18%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	51.345	-	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	3,05%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(535)	(757)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.339	1.573						
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>239.065</b>	<b>179.682</b>						
<b>Total EMS</b>	<b>817.409</b>	<b>691.600</b>						
<b>ETO</b>								

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2019	2018					
Luz para Todos I - Eletrobrás	8.486	13.027	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%	R
Luz para Todos II - Eletrobrás	-	18.706	SELIC	out/19	Mensal	5,96%	R
CCB - Santander (1)	-	13.909	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,24%	R
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão(1)	-	315.566	110,0% CDI	set/19	Final	6,50%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(540)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	8.486	360.668					
Resolução 4131 - Itaú (1)	209.563	201.514	4,352% a.a. (Pré) Libor + 1,70% a.a.	jun/21	Final	8,37%	R
Loan Citi - 4131 (1)	45.358	43.660	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Annual a partir de 2021	8,05%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	45.329	43.624	Libor + 1,20% a.a.	mai/22	Annual a partir de 2021	8,15%	A
Merrill lynch Loan	125.885	121.160	a.a.	jan/21	Final	7,55%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(507)	(717)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.729	3.355	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	432.357	412.596					
Total ETO	440.843	773.264					
<b>ESS</b>							
CCB - Santander (1)	-	1.425	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,24%	R + A
Nota Promissória - SAFRA (1)	-	10.615	CDI + 1,65%	fev/19	Final	7,61%	A
Total em Moeda Nacional	-	12.040					
Loan Citi - 4131 (1)	27.663	26.607	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Annual a partir de 2021	8,05%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	27.663	26.605	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Annual a partir de 2021	8,15%	A
Merrill lynch Loan (1)	120.883	116.332	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	7,45%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1)	64.834	62.383	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Annual a partir de 2022	7,62%	A
Merrill lynch Loan (1)	79.656	76.653	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	7,55%	A
Merrill lynch Loan (1)	110.774	-	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	2,93%	A
Scotiabank Loan (1)	49.582	-	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	6,22%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(261)	(366)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.622	4.436	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	484.416	312.650					
Total ESS	484.416	324.690					
<b>CTCE</b>							
Credores "RJ" - BMG	4.452	4.097	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	4.452	4.097					
Total CTCE	4.452	4.097					
Em Moeda Nacional	2.318.533	2.395.167					
Em Moeda Estrangeira	1.971.682	1.527.035					
Total Rede Consolidada	4.290.215	3.922.202					

\*A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

- (1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Controladora:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras

relativas aos s encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.

- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

Controladas:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos s encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos s encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo de 31 de dezembro de 2019. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 38 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de risco.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$97.264 (R\$88.445 em 2018), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2019	2018
US\$ x R\$	4,02%	17,13%
SELIC	5,96%	6,43%
CDI	5,96%	6,42%
IPCA	4,31%	3,75%
LIBOR	2,33%	2,34%
TR	0,00%	0,00%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	-	1.060.114
2022	-	1.033.793
2023	-	102.863
2024	-	69.990
Após 2024	146.891	1.241.601
<b>Total</b>	<b>146.891</b>	<b>3.508.361</b>

## Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora								
	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2019
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
<b>Total ao custo</b>	<b>56.966</b>	<b>-</b>	<b>(8.387)</b>	<b>(3.339)</b>	<b>3.339</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.776</b>	<b>61.355</b>
Circulante	1.400								1.400
Não Circulante	55.566								59.955

	Consolidado								
	Saldos em 2018	Captação (*)	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2019
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
CDI	1.430.781	660.000	-	(124.268)	121.729	-	-	-	2.088.242
IPCA	1.261.107	-	-	(61.082)	111.726	-	-	-	1.311.751
<b>Gastos com captação</b>	<b>(33.953)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.469</b>	<b>(2.329)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(27.813)</b>
Marcação a mercado	77.778	-	-	-	-	-	76.719	-	154.497
<b>Total ao custo</b>	<b>2.792.679</b>	<b>660.000</b>	<b>(8.387)</b>	<b>(188.689)</b>	<b>245.263</b>	<b>(2.329)</b>	<b>76.719</b>	<b>12.776</b>	<b>3.588.032</b>
Circulante	41.058								304.423
Não Circulante	2.751.621								3.283.609

(\*) As controladas ao longo do ano de 2019 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Controladas	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
EMT	150.000	10/06/2019	1ª e 2ª	10ª	6,69% e 7,01%
EMS	110.000	10/06/2019	Única	12ª	6,69%
ETO	400.000	10/06/2019	1ª e 2ª	5ª	6,91% e 7,11%
<b>Total</b>	<b>660.000</b>				

	Controladora								
	Saldos em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2018
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	52.384	-	-	(3.339)	3.339	-	-	4.582	56.966
<b>Total ao custo</b>	<b>52.384</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.339)</b>	<b>3.339</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.582</b>	<b>56.966</b>
Circulante	1.400								1.400
Não Circulante	50.984								55.566

	Consolidado								
	Saldos em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2018
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
Pré Fixado	52.384	-	-	(3.339)	3.339	-	-	4.582	56.966
CDI	1.027.352	620.000	(233.165)	(76.217)	92.811	-	-	-	1.430.781
IPCA	385.968	848.295	-	(18.981)	45.825	-	-	-	1.261.107
<b>Gastos com captação</b>	<b>(17.579)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.478</b>	<b>(22.852)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33.953)</b>
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	77.778	-	77.778
<b>Total ao custo</b>	<b>1.448.125</b>	<b>1.468.295</b>	<b>(233.165)</b>	<b>(98.537)</b>	<b>148.453</b>	<b>(22.852)</b>	<b>77.778</b>	<b>-</b>	<b>2.792.679</b>
Circulante	86.878								41.058
Não Circulante	1.361.247								2.751.621

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimentos	Amortização do principal/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
<b>REDE ENERGIA</b>								
4ª Emissão	61.355	56.966	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a.	nov-35	Final	1,00%
<b>Total REDE ENERGIA</b>	<b>61.355</b>	<b>56.966</b>						
<b>ETO</b>								
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	44.704	43.114	15/06/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	9,91%
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	40.136	38.709	15/06/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	9,97%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	10.407	10.040	15/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	8,80%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.940	1.872	15/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,02%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.614	3.487	15/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,42%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	117.663	118.012	15/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimentos	Amortização do principal/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
Debentures 4ª Emissão	252.529	242.415	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	238.300	-	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a.	jun / 24	Final	6,91%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	162.902	-	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a.	jun / 26	Final	7,11%
Custos de captação	(7.874)	(8.429)						
Marcação à Mercado de Dívida	41.598	21.207						
<b>Total ETO</b>	<b>905.919</b>	<b>470.427</b>						
<b>EMS</b>								
Debentures 8ª Emissão	304.713	305.689	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	6,41%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	11.757	11.342	15/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	8,80%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	2.192	2.115	15/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,02%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	4.084	3.939	15/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,42%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	132.932	133.325	15/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
Debentures 10ª Emissão	153.506	154.008	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	6,91%
Debentures 11ª Emissão	163.092	156.560	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 12ª Emissão	110.312	-	10/06/19	155.000 / 155.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	6,69%
Custos de captação	(3.511)	(4.459)						
Marcação à Mercado de Dívida	20.958	11.049						
<b>Total EMS</b>	<b>900.035</b>	<b>773.568</b>						
<b>EMT</b>								
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	92.042	88.770	15/06/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	9,91%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	82.635	79.698	15/06/17	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	9,97%
Debentures 7ª Emissão 1ª Série	11.519	11.112	15/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	8,80%
Debentures 7ª Emissão 2ª Série	2.148	2.072	15/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,02%
Debentures 7ª Emissão 3ª Série	4.001	3.858	15/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,42%
Debentures 7ª Emissão 4ª Série	130.237	130.623	15/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
Debentures 8ª Emissão	481.259	482.824	15/02/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a.	fev / 21	Final	7,06%
Debentures 9ª Emissão	405.099	388.874	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	117.833	-	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	6,69%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	32.598	-	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a.	jun / 29	Anual após jun/27	7,01%
Custos de captação	(12.765)	(16.292)						
Marcação à Mercado de Dívida	70.636	35.852						
<b>Total EMT</b>	<b>1.417.242</b>	<b>1.207.391</b>						

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimentos	Amortização do principal/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
<b>ESS</b>								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	48.383	46.664	15/06/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	9,91%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	43.437	41.892	15/06/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	9,97%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	9.373	9.043	15/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	8,80%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.748	1.686	15/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,02%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.256	3.141	15/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,42%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	105.987	106.300	15/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
Debentures 4ª Emissão	73.655	70.704	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Custos de captação	(3.663)	(4.773)						
Marcação à Mercado de Dívida	21.305	9.670						
<b>Total ESS</b>	<b>303.481</b>	<b>284.327</b>						
<b>TOTAL</b>	<b>3.461.348</b>	<b>2.748.854</b>						
Custos de captação	(27.813)	(33.953)						
Marcação à Mercado de Dívida	154.497	77.778						
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>3.588.032</b>	<b>2.792.679</b>						
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>3.588.032</b>	<b>2.792.679</b>						

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$279.824 (R\$284.242 em 2018) de ajuste a valor presente.

### Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Controladora e controladas:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (inclusive); 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras encerradas entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras encerradas a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

## Vencimentos

Em 2019, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	-	874.510
2022	-	500.163
2023	-	325.158
2024	-	985.100
Após 2024	59.955	598.678
<b>Total</b>	<b>59.955</b>	<b>3.283.609</b>

### g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em dezembro de 2020, não existia valor contratado ainda não liberado para a Rede Energia e suas controladas.

### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ mil	2021	AV %	2020	AV %	AH %
<b>Operações continuadas</b>					
Receita operacional líquida	15.610.686	+ 100,0	11.297.925	+ 100,0	+ 38,2
Custo do serviço de energia elétrica	(8.655.023)	- 55,4	(6.327.113)	- 56,0	+ 36,8
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(2.992.289)	- 19,2	(2.502.612)	- 22,2	+ 19,6
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.963.374</b>	<b>+ 25,4</b>	<b>2.468.200</b>	<b>+ 21,8</b>	<b>+ 60,6</b>
Despesas gerais e administrativas	(617.665)	- 4,0	(587.020)	- 5,2	+ 5,2
Outras receitas	90.931	+ 0,6	53.203	+ 0,5	+ 70,9
Outras despesas	(253.038)	- 1,6	(104.111)	- 0,9	+ 143,0
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>	<b>3.183.602</b>	<b>+ 20,4</b>	<b>1.830.272</b>	<b>+ 16,2</b>	<b>+ 73,9</b>
Receita financeira	914.004	+ 5,9	397.556	+ 3,5	+ 129,9
Despesas financeira	(1.456.349)	- 9,3	(620.821)	- 5,5	+ 134,6
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(542.345)</b>	<b>- 3,5</b>	<b>(223.265)</b>	<b>- 2,0</b>	<b>+ 142,9</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>2.641.257</b>	<b>+ 16,9</b>	<b>1.607.007</b>	<b>+ 14,2</b>	<b>+ 64,4</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(452.880)	- 2,9	(209.923)	- 1,9	+ 115,7
Imposto de renda e contribuição social diferido	(148.655)	- 1,0	(169.233)	- 1,5	- 12,2
<b>Resultado de operações continuadas</b>	<b>2.039.722</b>	<b>+ 13,1</b>	<b>1.227.851</b>	<b>+ 10,9</b>	<b>+ 66,1</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.039.722</b>	<b>+ 13,1</b>	<b>1.227.851</b>	<b>+ 10,9</b>	<b>+ 66,1</b>

### Receita operacional líquida

Em 2021, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R\$ 14.242,1 milhões, o que representa aumento de 36,1% (R\$ 3.781,1 milhões) em relação ao registrado no ano anterior.

### Custo do Serviço de Energia Elétrica

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 11.058,4 milhões em 2021, aumento de 28,1% (R\$ 2.427,8 milhões).

### Resultado Bruto

O resultado bruto em 2021 foi de R\$ 3.963,4, contra R\$ 2.468,2 milhões, ou seja, aumento de 60,6% (R\$ 1.495,2 milhões).

## Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou aumento de 73,9% em 2021, de R\$ 1.830,3 milhões para R\$ 3.183,6 milhões, decorrente dos fatores já mencionados.

## Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro líquido da Rede Energia consolidada refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 542,3 milhões em 2021, acréscimo de 142,9% (R\$ 319,1 milhões) em relação a 2020.

## Lucro Líquido

Em 2021, o lucro líquido da Rede Energia totalizou R\$ 2.039,7 milhões, incremento de 66,1% em relação ao registrado em 2020, devido ao melhor resultado operacional da Companhia.

## Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em R\$ mil	2021	AV %	2020	AV %	AH %
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	275.772	+ 1,1	749.705	+ 3,5	- 63,2
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	1.086.815	+ 4,4	3.119.943	+ 14,4	- 65,2
Clientes, consumidores e concessionárias	3.199.246	+ 13,0	2.584.646	+ 11,9	+ 23,8
Títulos de créditos a receber	4.165	+ 0,0	13.564	+ 0,1	- 69,3
Estoques	53.156	+ 0,2	52.757	+ 0,2	+ 0,8
Tributos a recuperar	576.463	+ 2,3	331.803	+ 1,5	+ 73,7
Instrumentos financeiros derivativos	350.344	+ 1,4	393.708	+ 1,8	- 11,0
Ativos financeiros setoriais	1.123.850	+ 4,6	181.500	+ 0,8	+ 519,2
Outros créditos	638.413	+ 2,6	417.797	+ 1,9	+ 52,8
<b>Total do circulante</b>	<b>7.308.224</b>	<b>+ 29,7</b>	<b>7.845.423</b>	<b>+ 36,2</b>	<b>- 6,8</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	88.575	+ 0,4	96.887	+ 0,4	- 8,6
Consumidores e concessionárias	816.520	+ 3,3	633.078	+ 2,9	+ 29,0
Títulos de créditos a receber	7.252	+ 0,0	11.549	+ 0,1	- 37,2
Tributos a recuperar	2.459.214	+ 10,0	471.194	+ 2,2	+ 421,9
Depósitos e cauções vinculados	251.835	+ 1,0	237.823	+ 1,1	+ 5,9
Créditos tributários	744.621	+ 3,0	915.842	+ 4,2	- 18,7
Ativos financeiros setoriais	477.014	+ 1,9	98.603	+ 0,5	+ 383,8
Ativo financeiro indenizável da concessão	5.666.627	+ 23,0	4.577.085	+ 21,1	+ 23,8
Instrumentos financeiros derivativos	548.839	+ 2,2	610.643	+ 2,8	- 10,1
Outros créditos	102.563	+ 0,4	84.769	+ 0,4	+ 21,0
	<b>11.163.060</b>	<b>+ 45,3</b>	<b>7.737.473</b>	<b>+ 35,7</b>	<b>+ 44,3</b>
Investimentos	7.731	+ 0,0	7.727	+ 0,0	+ 0,1
Imobilizado	91.079	+ 0,4	76.404	+ 0,4	+ 19,2
Intangível	6.071.746	+ 24,6	5.986.360	+ 27,6	+ 1,4
Intangíveis	5.484.003	+ 22,3	5.640.064	+ 26,0	- 2,8
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	587.743	+ 2,4	346.296	+ 1,6	+ 69,7
<b>Total do não circulante</b>	<b>17.333.616</b>	<b>+ 70,3</b>	<b>13.807.964</b>	<b>+ 63,8</b>	<b>+ 25,5</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>24.641.840</b>	<b>+ 100,0</b>	<b>21.653.387</b>	<b>+ 100,0</b>	<b>+ 13,8</b>

Valores em R\$ mil	2021	AV %	2020	AV %	AH %
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	1.406.984	+ 5,7	1.215.739	+ 5,6	+ 15,7
Encargos de dívidas	78.854	+ 0,3	75.855	+ 0,4	+ 4,0
Empréstimos e financiamentos	1.421.836	+ 5,8	1.991.448	+ 9,2	- 28,6
Debêntures	600.911	+ 2,4	429.417	+ 2,0	+ 39,9
Dividendos a pagar	4.414	+ 0,0	53.017	+ 0,2	- 91,7
Folha de pagamento	12.171	+ 0,0	10.781	+ 0,0	+ 12,9
Tributos e contribuições sociais	491.013	+ 2,0	441.996	+ 2,0	+ 11,1
Parcelamento de impostos	17.314	+ 0,1	17.313	+ 0,1	+ 0,0
Encargos setoriais	200.529	+ 0,8	129.853	+ 0,6	+ 54,4
Incorporação de redes	107.237	+ 0,4	69.955	+ 0,3	+ 53,3
Obrigações estimadas	55.822	+ 0,2	53.267	+ 0,2	+ 4,8
Passivos financeiros setoriais	304.935	+ 1,2	490.859	+ 2,3	- 37,9
Instrumentos financeiros derivativos	219.058	+ 0,9	8.666	+ 0,0	+ 2.427,8
Contribuição de iluminação pública	67.238	+ 0,3	64.746	+ 0,3	+ 3,8
Benefícios pós emprego	21.188	+ 0,1	25.367	+ 0,1	- 16,5
Arrendamentos Operacionais	5.695	+ 0,0	9.511	+ 0,0	- 40,1
Outros passivos	359.023	+ 1,5	204.225	+ 0,9	+ 75,8
<b>Total do circulante</b>	<b>5.374.222</b>	<b>+ 21,8</b>	<b>5.292.015</b>	<b>+ 24,4</b>	<b>+ 1,6</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	67.184	+ 0,3	72.674	+ 0,3	- 7,6
Empréstimos e financiamentos	4.013.113	+ 16,3	3.115.768	+ 14,4	+ 28,8
Debêntures	3.792.179	+ 15,4	3.539.979	+ 16,3	+ 7,1
Tributos e contribuições sociais	619.960	+ 2,5	494.243	+ 2,3	+ 25,4
Parcelamento de impostos	5.051	+ 0,0	19.965	+ 0,1	- 74,7
Tributos diferidos	1.780.694	+ 7,2	1.763.414	+ 8,1	+ 1,0
Débitos com partes relacionadas	216.239	+ 0,9	199.811	+ 0,9	+ 8,2
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	233.492	+ 0,9	307.660	+ 1,4	- 24,1
Passivos financeiros setoriais	429.000	+ 1,7	209.428	+ 1,0	+ 104,8
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	2.416.299	+ 9,8	277.677	+ 1,3	+ 770,2
Encargos setoriais	70.437	+ 0,3	132.787	+ 0,6	- 47,0
Incorporação de redes	-	+ 0,0	45.504	+ 0,2	-
Benefícios pós emprego	164.260	+ 0,7	250.632	+ 1,2	- 34,5
Arrendamentos operacionais	7.280	+ 0,0	17.562	+ 0,1	- 58,5
Outros passivos	163.031	+ 0,7	182.908	+ 0,8	- 10,9
<b>Total do não circulante</b>	<b>13.978.219</b>	<b>+ 56,7</b>	<b>10.630.012</b>	<b>+ 49,1</b>	<b>+ 31,5</b>
<b>Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>					
Capital social	3.223.218	+ 13,1	3.223.218	+ 14,9	-
Reservas de capital	(5.256)	+ 0,0	11.928	+ 0,1	-
Reservas de lucros	545.596	+ 2,2	1.069.528	+ 4,9	- 49,0
Outros resultados abrangentes	(46.877)	- 0,2	(108.142)	- 0,5	- 56,7
	<b>3.716.681</b>	<b>+ 15,1</b>	<b>4.196.532</b>	<b>+ 19,4</b>	<b>- 11,4</b>
Participação dos Acionistas não controladores	1.572.718	+ 6,4	1.534.828	+ 7,1	+ 2,5
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>5.289.399</b>	<b>+ 21,5</b>	<b>5.731.360</b>	<b>+ 26,5</b>	<b>- 7,7</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>24.641.840</b>	<b>+ 100,0</b>	<b>21.653.387</b>	<b>+ 100,0</b>	<b>+ 13,8</b>

## Ativo

### Circulante

Caixa e equivalente de caixa: em 31 de dezembro de 2021 atingiram R\$ 275,8 milhões, contra R\$ 749,7 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica atingiu R\$ 1.086,8 milhões, o que representa redução de 65,2% em comparação com 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.119,9 milhões).

## Ativo Não circulante

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2021 atingiu R\$ 816,5 milhões, contra R\$ 633,1 milhões em 2020, o que representa aumento de 29,0% (R\$ 183,4 milhões).

Ativos financeiros setoriais: Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica atingiu R\$ 477,0 milhões, contra R\$ 98,6 milhões em 2020, o que representa queda de 383,8% (R\$ 378,4 milhões).

## Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2021, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.421,8 milhões, contra R\$ 1.991,4 milhões em 2020, o que representa redução de 28,6% (R\$ 569,6 milhões).

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2021, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 600,9 milhões, contra R\$ 429,4 milhões em 2020, crescimento de 39,9% (R\$ 171,5 milhões).

## Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2021, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 4.013,1 milhões, contra R\$ 3.115,8 milhões em 2020, o que representa acréscimo de 28,8% (R\$ 897,3 milhões).

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2021, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 3.792,2 milhões, contra R\$ 3.540,0 milhões em 2020, o que representa acréscimo de 7,1 % (R\$ 252,2 milhões).

## Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da empresa foi de R\$ 5.289,4 milhões, uma redução de 7,7% comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 442,0 milhões).

## Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Valores em R\$ mil	2020	AV %	2019	AV %	AH %
<b>Operações continuadas</b>					
Receita operacional líquida	11.297.925	100,0	11.198.611	100,0	0,9
Custo do serviço de energia elétrica	(6.327.113)	(56,0)	(5.948.529)	(53,1)	6,4
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(2.502.612)	(22,2)	(2.922.012)	(26,1)	(14,4)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.468.200</b>	<b>21,8</b>	<b>2.328.070</b>	<b>20,8</b>	<b>6,0</b>
Despesas gerais e administrativas	(587.020)	(5,2)	(611.776)	(5,5)	(4,0)
Outras receitas	53.203	0,5	79.855	0,7	(33,4)
Outras despesas	(104.111)	(0,9)	(133.422)	(1,2)	(22,0)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>	<b>1.830.272</b>	<b>16,2</b>	<b>1.662.727</b>	<b>14,8</b>	<b>10,1</b>
Receita financeira	397.556	3,5	438.597	3,9	(9,4)
Despesas financeira	(620.821)	(5,5)	(853.293)	(7,6)	(27,2)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(223.265)</b>	<b>(2,0)</b>	<b>(414.696)</b>	<b>(3,7)</b>	<b>(46,2)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>1.607.007</b>	<b>14,2</b>	<b>1.248.031</b>	<b>11,1</b>	<b>28,8</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(209.923)	(1,9)	(296.006)	(2,6)	(29,1)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(169.233)	(1,5)	32.410	0,3	-
Resultado de operações continuadas	1.227.851	10,9	984.435	8,8	24,7
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.227.851</b>	<b>10,9</b>	<b>984.435</b>	<b>8,8</b>	<b>24,7</b>

### **Receita operacional líquida**

Em 2020, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R\$ 10.461,0 milhões, o que representa aumento de 5,8% (R\$ 575,1 milhões) em relação ao registrado no ano anterior, influenciado pelo aumento do consumo de energia nas áreas de concessão das distribuidoras do grupo, muito impactadas pelo dinamismo do agronegócio que se manteve em crescimento mesmo durante a pandemia.

### **Custo do Serviço de Energia Elétrica**

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 8.630,7 milhões em 2020, aumento de 5,0% (R\$ 407,6 milhões). Influenciado pelos ajustes na Parcela A, na aquisição de energia e custos de transmissão.

### **Resultado Bruto**

O resultado bruto em 2020 foi de R\$ 2.468,2, contra R\$ 2.328,1 milhões, ou seja, aumento de 6,0%, em consequência do maior aumento nominal da receita em relação ao custo.

### **Resultado antes das receitas e despesas financeiras**

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou aumento de 10,1% em 2020, de R\$ 1.662,7 milhões para R\$ 1.830,3 milhões, decorrente dos fatores já mencionados.

### **Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)**

O resultado financeiro líquido da Rede Energia consolidada refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 223,3 milhões em 2020, redução de 46,2% em relação a 2019.

### **Lucro Líquido**

Em 2020, o lucro líquido da Rede Energia totalizou R\$ 1.227,9 milhões, incremento de 24,7% em relação ao registrado em 2019, devido ao melhor resultado operacional da Companhia.

## Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores em R\$ mil	2020	AV %	2019	AV %	AH %
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	749.705	3,5	240.257	1,3	212,0
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	3.119.943	14,4	692.230	3,7	350,7
Clientes, consumidores e concessionárias	2.584.646	11,9	2.171.886	11,6	19,0
Títulos de créditos a receber	13.564	0,1	16.275	0,1	(16,7)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	52.757	0,2	59.402	0,3	(11,2)
Tributos a recuperar	331.803	1,5	488.126	2,6	(32,0)
Instrumentos financeiros derivativos	393.708	1,8	52.756	0,3	646,3
Ativos financeiros setoriais	181.500	0,8	614.870	3,3	(70,5)
Outros créditos	417.797	1,9	507.368	2,7	(17,7)
<b>Total do circulante</b>	<b>7.845.423</b>	<b>36,2</b>	<b>4.843.170</b>	<b>25,9</b>	<b>62,0</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	96.887	0,4	97.264	0,5	(0,4)
Consumidores e concessionárias	633.078	2,9	506.104	2,7	25,1
Títulos de créditos a receber	11.549	0,1	10.668	0,1	8,3
Créditos com partes relacionadas	-	-	696.693	3,7	-
Tributos a recuperar	471.194	2,2	443.470	2,4	6,3
Depósitos e cauções vinculados	237.823	1,1	228.292	1,2	4,2
Créditos tributários	915.842	4,2	921.838	4,9	(0,7)
Ativos financeiros setoriais	98.603	0,5	142.602	0,8	(30,9)
Ativo financeiro indenizável da concessão	4.577.085	21,1	3.875.260	20,7	18,1
Instrumentos financeiros derivativos	610.643	2,8	410.685	2,2	48,7
Outros créditos	84.769	0,4	77.415	0,4	9,5
	<b>7.737.473</b>	<b>35,7</b>	<b>7.410.291</b>	<b>39,6</b>	<b>4,4</b>
Investimentos	7.727	-	7.446	-	3,8
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	346.296	1,6	686.647	3,7	(49,6)
Imobilizado	76.404	0,4	49.181	0,3	55,4
Intangível	5.640.064	26,0	5.713.686	30,5	(1,3)
<b>Total do não circulante</b>	<b>13.807.964</b>	<b>63,8</b>	<b>13.867.251</b>	<b>74,1</b>	<b>(0,4)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>21.653.387</b>	<b>100,0</b>	<b>18.710.421</b>	<b>100,0</b>	<b>15,7</b>

Valores em R\$ mil	2020	AV %	2019	AV %	AH %
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	1.215.739	5,6	970.758	5,2	25,2
Encargos de dívidas	75.855	0,4	31.764	0,1	138,8
Empréstimos e financiamentos	1.991.448	9,2	750.090	3,5	165,5
Debêntures	429.417	2,0	304.423	1,4	41,1
Dividendos a pagar	53.017	0,2	2.141	-	2.376,3
Folha de pagamento	10.781	-	8.433	-	27,8
Impostos e contribuições	441.996	2,0	295.385	1,4	49,6
Parcelamento de impostos	17.313	0,1	17.313	0,1	-
Encargos setoriais	129.853	0,6	168.552	0,8	(23,0)
Incorporação de redes	69.955	0,3	48.239	0,2	45,0
Obrigações estimadas	53.267	0,2	49.660	0,2	7,3
Passivos financeiros setoriais	490.859	2,3	336.142	1,6	46,0
Instrumentos financeiros derivativos	8.666	-	28.718	0,1	(69,8)
Contribuição de iluminação pública	64.746	0,3	63.530	0,3	1,9
Benefícios pós emprego	25.367	0,1	29.075	0,1	(12,8)
Arrendamentos Operacionais	9.511	-	10.779	-	(11,8)
Outros passivos	204.225	0,9	145.708	0,7	40,2
<b>Total do circulante</b>	<b>5.292.015</b>	<b>24,4</b>	<b>3.260.710</b>	<b>15,1</b>	<b>62,3</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	72.706	0,3	68.271	0,3	6,5
Empréstimos e financiamentos	3.115.768	14,4	3.508.361	16,2	(11,2)
Debêntures	3.539.979	16,3	3.283.609	15,2	7,8
Impostos e contribuições	494.243	2,3	372.564	1,7	32,7
Parcelamento de impostos	19.965	0,1	33.204	0,2	(39,9)
Tributos diferidos	1.763.414	8,1	1.590.571	7,3	10,9
Débitos com partes relacionadas	199.811	0,9	532.984	2,5	(62,5)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	307.660	1,4	292.551	1,4	5,2
Provisão para perdas em participações societárias	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	209.428	1,0	241.400	1,1	(13,2)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	277.645	1,3	210.476	1,0	31,9
Encargos setoriais	132.787	0,6	117.068	0,5	13,4
Incorporação de redes	45.504	0,2	45.504	0,2	-
Benefícios pós emprego	250.632	1,2	280.874	1,3	(10,8)
Arrendamentos operacionais	17.562	0,1	14.556	0,1	20,7
Outros passivos	182.908	0,8	157.052	0,7	16,5
<b>Total do não circulante</b>	<b>10.630.012</b>	<b>49,1</b>	<b>10.749.045</b>	<b>49,6</b>	<b>(1,1)</b>
<b>Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>					
Capital social	3.223.218	14,9	2.777.404	12,8	16,1
Reservas de capital	11.928	0,1	16.055	0,1	(25,7)
Reservas de lucros	1.069.528	4,9	374.868	1,7	185,3
Outros resultados abrangentes	(108.142)	(0,5)	(120.208)	(0,6)	(10,0)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	445.310	2,1	-
	<b>4.196.532</b>	<b>19,4</b>	<b>3.493.429</b>	<b>16,1</b>	<b>20,1</b>
Participação dos Acionistas não controladores	1.534.828	7,1	1.207.237	5,6	27,1
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>5.731.360</b>	<b>26,5</b>	<b>4.700.666</b>	<b>21,7</b>	<b>21,9</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>21.653.387</b>	<b>100,0</b>	<b>18.710.421</b>	<b>100,0</b>	<b>15,7</b>

## **Ativo Circulante**

Caixa e equivalente de caixa: em 31 de dezembro de 2020 atingiram R\$ 749,7 milhões, contra R\$ 240,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, em consequência do aumento das receitas operacionais, antecipação de CVA e captações de empréstimos e debêntures serem superiores aos desembolsos financeiros realizados no ano anterior.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados: em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica atingiu R\$ 3.119,9 milhões, o que representa aumento de 350,7% em comparação com 31 de dezembro de 2019 (R\$ 692,2 milhões). Esse resultado foi impactado principalmente pelo aumento de R\$ 1.241,4 milhões na rubrica do passivo circulante “empréstimos e financiamentos”, devido às captações e rolagem de dívidas no período; e pelas antecipações de CVAs estabelecida pela Aneel (Conta-Covid), que buscou garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão sendo impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência. No entanto, esses valores serão retirados nos processos tarifários de 2021 e 2022. As 4 distribuidoras do Grupo receberam juntas R\$ 808,2 milhões nesse processo. Vale ressaltar que o montante de aplicações no ativo circulante apenas da Controladora ficou em R\$ 480,1 milhões (variação de R\$ 421,8 milhões em relação a 2019), em grande parte explicada pelo recebimento de mútuos previstos.

## **Ativo Não circulante**

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2020 atingiu R\$ 633,1 milhões, contra R\$ 506,1 milhões em 2019, o que representa aumento de 25,1%, devido ao aumento da inadimplência e aumento de atrasos nos pagamentos, reflexo dos impactos da pandemia.

Ativos financeiros setoriais: Em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica atingiu R\$ 181,5 milhões, contra R\$ 614,9 milhões em 2019, o que representa queda de 70,5%.

## **Passivo Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2020, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 1.991.448 milhões, contra R\$ 750,1 milhões em 2019, o que representa crescimento de 165,5%.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 429,4 milhões, contra R\$ 304,4 milhões em 2019, crescimento de 41,1%, devido à novas emissões das distribuidoras do Grupo para realização de investimentos produtivos.

## **Passivo Não Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 3.115,8 milhões, contra R\$ 3.508,4 milhões em 2019, o que representa redução de 11,2%, devido às amortizações realizadas no período.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2020, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 3.540,0 milhões, contra R\$ 2.283,6 milhões em 2019, o que representa acréscimo de 7,8%. A variação no saldo decorre basicamente das novas emissões de debêntures das distribuidoras do Grupo.

## **Patrimônio Líquido**

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2020, a conta capital social, era de R\$ 3.223,2 milhões, uma variação de 16,1% comparado a 31 de dezembro de 2018, devido ao aumento de capital homologado em abril de 2020.

## Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
<b>Operações continuadas</b>					
Receita operacional líquida	11.198.611	100,0	10.069.539	100,0	11,2
Custo do serviço de energia elétrica	(5.948.529)	(53,1)	(5.614.864)	(55,8)	5,9
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(2.922.012)	(26,1)	(2.616.452)	(26,0)	11,7
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.328.070</b>	<b>20,8</b>	<b>1.838.223</b>	<b>18,3</b>	<b>26,6</b>
Despesas gerais e administrativas	(611.776)	(5,5)	(575.224)	(5,7)	6,4
Outras receitas	79.855	0,7	69.054	0,7	15,6
Outras despesas	(133.422)	(1,2)	(150.187)	(1,5)	(11,2)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>	<b>1.662.727</b>	<b>14,8</b>	<b>1.181.866</b>	<b>11,7</b>	<b>40,7</b>
Receita financeira	438.597	3,9	327.856	3,3	33,8
Despesas financeira	(853.293)	(7,6)	(775.330)	(7,7)	10,1
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(414.696)</b>	<b>(3,7)</b>	<b>(447.474)</b>	<b>(4,4)</b>	<b>(7,3)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>1.248.031</b>	<b>11,1</b>	<b>734.392</b>	<b>7,3</b>	<b>69,9</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(296.006)	(2,6)	(116.304)	(1,2)	154,5
Imposto de renda e contribuição social diferido	32.410	0,3	(40.497)	(0,4)	-
Resultado de operações continuadas	984.435	8,8	577.591	5,7	70,4
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>984.435</b>	<b>8,8</b>	<b>577.591</b>	<b>5,7</b>	<b>70,4</b>

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 11.198,6 em 2019, contra R\$ 10.069,5 em 2018, representando um acréscimo de 11,2%, decorrente, basicamente, das receitas de fornecimento de energia elétrica.

### Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 8.870,5 milhões em 2019, contra R\$ 8.231,3 milhões em 2018, representando um aumento de 7,8%.

### Resultado Bruto

O resultado bruto em 2019 foi de R\$ 2.328,1 milhões, contra R\$ 1.838,2 milhões, ou seja, aumento de 26,6%, em consequência do maior aumento nominal da receita em relação ao custo.

### Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou aumento de 40,7% em 2019, de R\$ 1.181,9 milhões para R\$ 1.662,7 milhões, decorrente dos fatores já mencionados.

### Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

Em 2019, o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) representou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 414,7 milhões, contra R\$ 447,5 milhões em 2018, queda de 7,3%.

### Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 984,4 milhões em 2019, contra R\$ 577,6 milhões registrados no ano anterior, crescimento de 70,4%.

## Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	240.257	1,3	147.910	0,9	62,4
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	692.230	3,7	868.428	5,3	(20,3)
Clientes, consumidores e concessionárias	2.171.886	11,6	1.763.323	10,7	23,2
Títulos de créditos a receber	16.275	0,1	20.045	0,1	(18,8)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Estoques	59.402	0,3	43.421	0,3	36,8
Tributos a recuperar	488.126	2,6	446.223	2,7	9,4
Instrumentos financeiros derivativos	52.756	0,3	3.099	-	1.602,4
Ativos financeiros setoriais	614.870	3,3	782.445	4,7	(21,4)
Outros créditos	507.368	2,7	477.172	2,9	6,3
<b>Total do circulante</b>	<b>4.843.170</b>	<b>25,9</b>	<b>4.552.066</b>	<b>27,6</b>	<b>6,4</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	97.264	0,5	88.445	0,5	10,0
Consumidores e concessionárias	506.104	2,7	417.607	2,5	21,2
Títulos de créditos a receber	10.668	0,1	14.919	0,1	(28,5)
Créditos com partes relacionadas	696.693	3,7	131.249	0,8	430,8
Tributos a recuperar	443.470	2,4	201.446	1,2	120,1
Depósitos e cauções vinculados	228.292	1,2	203.797	1,2	12,0
Créditos tributários	921.838	4,9	871.369	5,3	5,8
Ativos financeiros setoriais	142.602	0,8	254.774	1,5	(44,0)
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.875.260	20,7	4.232.152	25,6	(8,4)
Instrumentos financeiros derivativos	410.685	2,2	290.763	1,8	41,2
Outros créditos	77.415	0,4	79.762	0,5	(2,9)
	<b>7.410.291</b>	<b>39,6</b>	<b>6.786.283</b>	<b>41,1</b>	<b>9,2</b>
Investimentos	7.446	-	32.447	0,2	(77,1)
Imobilizado	49.181	0,3	42.631	0,3	15,4
Intangível	5.713.686	30,5	4.354.605	26,4	31,2
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	686.647	3,7	746.538	4,5	(8,0)
<b>Total do não circulante</b>	<b>13.867.251</b>	<b>74,1</b>	<b>11.962.504</b>	<b>72,4</b>	<b>15,9</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>18.710.421</b>	<b>100,0</b>	<b>16.514.570</b>	<b>100,0</b>	<b>13,3</b>

Valores em R\$ mil	2019	AV %	2018	AV %	AH %
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	970.758	5,2	857.415	5,2	13,2
Encargos de dívidas	31.764	0,2	35.818	0,2	(11,3)
Empréstimos e financiamentos	750.090	4,0	491.547	3,0	52,6
Debêntures	304.423	1,6	41.058	0,2	641,4
Dividendos a pagar	2.141	-	139.665	0,8	(98,5)
Folha de pagamento	8.433	-	6.828	-	23,5
Impostos e contribuições	295.385	1,6	249.251	1,5	18,5
Parcelamento de impostos	17.313	0,1	17.313	0,1	-
Encargos setoriais	168.552	0,9	181.094	1,1	(6,9)
Taxas regulamentares	-	-	39.494	0,2	-
Incorporação de redes	48.239	0,3	93.708	0,6	(48,5)
Obrigações estimadas	49.660	0,3	45.494	0,3	9,2
Passivos financeiros setoriais	336.142	1,8	487.851	3,0	(31,1)
Instrumentos financeiros derivativos	28.718	0,2	42.117	0,3	(31,8)
Contribuição de iluminação pública	63.530	0,3	60.109	0,4	5,7
Benefícios pós emprego	29.075	0,2	19.601	0,1	48,3
Arrendamentos Operacionais	10.779	0,1	-	-	-
Outros passivos	145.708	0,8	177.996	1,1	(18,1)
<b>Total do circulante</b>	<b>3.260.710</b>	<b>17,4</b>	<b>2.986.359</b>	<b>18,1</b>	<b>9,2</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	68.271	0,4	48.109	0,3	41,9
Empréstimos e financiamentos	3.508.361	18,8	3.394.837	20,6	3,3
Debêntures	3.283.609	17,5	2.751.621	16,7	19,3
Impostos e contribuições	372.564	2,0	265.555	1,6	40,3
Parcelamento de impostos	33.204	0,2	44.956	0,3	(26,1)
Tributos diferidos	1.590.571	8,5	1.619.802	9,8	(1,8)
Débitos com partes relacionadas	532.984	2,8	10.235	0,1	5.107,5
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	292.551	1,6	347.462	2,1	(15,8)
Provisão para perdas em participações societárias	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.367	-	-
Passivos financeiros setoriais	241.400	1,3	228.485	1,4	5,7
Encargos setoriais	117.068	0,6	170.522	1,0	(31,3)
Incorporação de redes	45.504	0,2	45.504	0,3	-
Benefícios pós emprego	280.874	1,5	135.572	0,8	107,2
Arrendamentos operacionais	14.556	0,1	-	-	-
Outros passivos	367.528	2,0	112.208	0,7	227,5
<b>Total do não circulante</b>	<b>10.749.045</b>	<b>57,4</b>	<b>9.177.235</b>	<b>55,6</b>	<b>17,1</b>
<b>Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital</b>					
Capital social	2.777.404	14,8	2.777.404	16,8	-
Reservas de capital	16.055	0,1	15.052	0,1	6,7
Reservas de lucros	374.868	2,0	514.149	3,1	(27,1)
Outros resultados abrangentes	(120.208)	(0,6)	(48.401)	(0,3)	148,4
Recursos destinados para futuro aumento de capital	445.310	2,4	-	-	-
	3.493.429	18,7	3.258.204	19,7	7,2
Participação dos Acionistas não controladores	1.207.237	6,5	1.092.772	6,6	10,5
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.700.666</b>	<b>25,1</b>	<b>4.350.976</b>	<b>26,3</b>	<b>8,0</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>18.710.421</b>	<b>100,0</b>	<b>16.514.570</b>	<b>100,0</b>	<b>13,3</b>

## **Ativo Circulante**

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 932,5 milhões, contra R\$ 1.016,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Clientes, consumidores e concessionárias: em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica atingiu R\$ 2,171,9 milhões, o que representa aumento de 23,2% em comparação com 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.763,3 milhões), em consequência do aumento das receitas operacionais.

## **Ativo Não circulante**

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2019 esses ativos atingiram R\$ 3.875,3 milhões, contra R\$ 4.232,2 milhões em 2018, o que representa redução de 8,4%.

Com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Ativos financeiros setoriais: Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica atingiu R\$ 142,6 milhões, contra R\$ 254,8 milhões em 2018, o que representa queda de 44,0%.

## **Passivo Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 750,1 milhões, contra R\$ 491,5 milhões em 2017, o que representa crescimento de 52,6%. Essa redução decorre dos financiamentos amortizados.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2018, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 304,4 milhões, contra R\$ 41,1 milhões em 2018, expressivo crescimento de 641,4%, devido à novas emissões das distribuidoras do Grupo para realização de investimentos produtivos.

## **Passivo Não Circulante**

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 3.508,4 milhões, contra R\$ 3.394,8 milhões em 2018, o que representa aumento 3,3%. O aumento no saldo decorre de captação de recursos para fazer frente aos investimentos no setor elétrico.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2019, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 3.283,6 milhões, contra R\$ 2.751,6 milhões em 2018, o que representa acréscimo de 19,3%. A variação no saldo decorre basicamente das novas emissões de debêntures das distribuidoras do Grupo.

## **Patrimônio Líquido**

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2019, a conta capital social, de R\$ 2.777,4 milhões, se manteve no valor de 31 de dezembro de 2018.

## 10.2. Comentários sobre:

### a) Resultados das operações da Companhia

Em 2021, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R\$ 14.242,1 milhões, expressivo aumento de 36,1% (R\$ 3.781,1 milhões) em relação ao registrado no ano anterior.

No 4T21, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R\$ 4.048,1 milhões, o que representa aumento de 24,7% (R\$ 801,2 milhões) em relação ao registrado no 4T20.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>4.367,9</b>	<b>3.776,2</b>	<b>+ 15,7</b>	<b>15.088,0</b>	<b>13.155,8</b>	<b>+ 14,7</b>
✓ Residencial	2.127,6	1.911,9	+ 11,3	7.316,6	6.381,7	+ 14,6
✓ Industrial	292,6	262,5	+ 11,5	1.054,6	993,9	+ 6,1
✓ Comercial	908,0	775,9	+ 17,0	3.122,2	2.800,8	+ 11,5
✓ Rural	539,2	456,4	+ 18,1	1.932,5	1.611,0	+ 20,0
✓ Outras classes	500,6	369,6	+ 35,4	1.662,2	1.368,4	+ 21,5
(+) Suprimento de energia elétrica	119,7	134,1	- 10,7	716,9	299,4	+ 139,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	112,2	79,1	+ 41,8	486,0	184,7	+ 163,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	414,4	363,0	+ 14,2	1.561,6	1.291,8	+ 20,9
(+) Receitas de construção	435,3	257,2	+ 69,2	1.368,6	837,0	+ 63,5
(+) Constituição e amortização (CVA)	422,5	204,8	+ 106,3	1.671,4	299,2	+ 458,5
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	218,2	217,1	+ 0,5	869,3	885,3	- 1,8
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	184,2	119,3	+ 54,4	509,6	165,9	+ 207,2
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	(7,5)	18,0	-	46,5	65,3	- 28,8
(+) Outras receitas	44,9	0,2	+ 20.613,8	90,6	(21,9)	-
<b>Receita Bruta</b>	<b>6.311,9</b>	<b>5.169,0</b>	<b>+ 22,1</b>	<b>22.408,5</b>	<b>17.162,5</b>	<b>+ 30,6</b>
(-) Impostos sobre vendas	1.474,4	1.383,9	+ 6,5	5.376,7	4.745,3	+ 13,3
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(17,2)	(11,0)	+ 55,9	(45,2)	(25,9)	+ 74,4
(-) Encargos setoriais	371,3	292,1	+ 27,1	1.466,3	1.145,2	+ 28,0
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>4.483,4</b>	<b>3.504,1</b>	<b>+ 27,9</b>	<b>15.610,7</b>	<b>11.297,9</b>	<b>+ 38,2</b>
(-) Receitas de construção	435,3	257,2	+ 69,2	1.368,6	837,0	+ 63,5
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>4.048,1</b>	<b>3.246,9</b>	<b>+ 24,7</b>	<b>14.242,1</b>	<b>10.461,0</b>	<b>+ 36,1</b>

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por segmento Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
✓ EMT	2.067,7	1.605,8	+ 28,8	7.323,3	5.095,9	+ 43,7
✓ EMS	1.266,5	924,9	+ 36,9	4.183,0	2.922,1	+ 43,2
✓ ETO	503,8	428,8	+ 17,5	1.865,3	1.453,0	+ 28,4
✓ ESS	644,4	544,1	+ 18,4	2.236,5	1.824,7	+ 22,6
<b>(=) Rede Energia Consolidada</b>	<b>4.483,4</b>	<b>3.504,1</b>	<b>+ 27,9</b>	<b>15.610,7</b>	<b>11.297,9</b>	<b>+ 38,2</b>
(-) Receitas de construção	435,3	257,2	+ 69,2	1.368,6	837,0	+ 63,5
<b>(=) Rede Energia Consolidada</b>	<b>4.048,1</b>	<b>3.246,9</b>	<b>+ 24,7</b>	<b>14.242,1</b>	<b>10.461,0</b>	<b>+ 36,1</b>

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 11.058,4 milhões em 2021, incremento de 28,1% (R\$ 2.457,8 milhões).

A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>2.476,3</b>	<b>1.968,2</b>	<b>+ 25,8</b>	<b>8.655,0</b>	<b>6.327,1</b>	<b>+ 36,8</b>
1.1 Energia comprada	2.190,1	1.690,0	+ 29,6	7.509,0	5.368,4	+ 39,9
1.2 Transporte de potência elétrica	286,2	278,2	+ 2,9	1.146,0	958,7	+ 19,5
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>499,7</b>	<b>469,1</b>	<b>+ 6,5</b>	<b>1.606,0</b>	<b>1.612,6</b>	<b>- 0,4</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>491,5</b>	<b>430,3</b>	<b>+ 14,2</b>	<b>1.565,9</b>	<b>1.384,5</b>	<b>+ 13,1</b>
2.2 Provisões/Reversões	8,3	38,8	- 78,6	40,1	228,1	- 82,4
2.2.1 Contingências	(46,7)	1,4	-	(91,9)	0,4	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	55,0	37,5	+ 46,7	132,0	227,7	- 42,0
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>237,1</b>	<b>186,6</b>	<b>+ 27,0</b>	<b>797,4</b>	<b>691,0</b>	<b>+ 15,4</b>
3.1 Amortização e depreciação	162,1	173,0	- 6,3	635,3	640,1	- 0,7
3.2 Outras receitas/despesas	74,9	13,6	+ 451,0	162,1	50,9	+ 218,4
<b>Total (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>3.213,1</b>	<b>2.623,9</b>	<b>+ 22,5</b>	<b>11.058,4</b>	<b>8.630,7</b>	<b>+ 28,1</b>
Custo de construção	435,3	257,2	+ 69,2	1.368,6	837,0	+ 63,5
<b>Total (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>3.648,4</b>	<b>2.881,1</b>	<b>+ 26,6</b>	<b>12.427,1</b>	<b>9.467,7</b>	<b>+ 31,3</b>

Nota: Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### Despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

PMSO Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Pessoal	222,0	230,3	- 3,6	659,7	619,6	+ 6,5
Benefício pós-emprego	23,4	(25,7)	-	40,2	(9,0)	-
Material	33,9	29,5	+ 14,8	123,3	102,5	+ 20,3
Serviços de terceiros	166,7	164,5	+ 1,4	608,3	570,2	+ 6,7
Outras	45,5	31,8	+ 43,2	134,4	101,2	+ 32,7
✓ Multas e compensações	11,1	1,5	+ 655,8	15,5	11,2	+ 37,7
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	16,3	11,1	+ 46,6	69,4	46,6	+ 49,1
✓ Outros	18,1	19,2	- 5,5	49,4	43,4	+ 13,9
<b>Total PMSO Consolidado</b>	<b>491,5</b>	<b>430,3</b>	<b>+ 14,2</b>	<b>1.565,9</b>	<b>1.384,5</b>	<b>+ 13,1</b>

Resume-se, a seguir, a geração de caixa da Companhia:

PMSO Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
EMT	179,4	155,5	+ 15,4	609,2	523,9	+ 16,3
EMS	143,8	136,0	+ 5,7	438,9	404,8	+ 8,4
ETO	87,8	86,1	+ 2,0	283,1	261,1	+ 8,5
ESS	80,6	52,5	+ 53,6	235,3	194,8	+ 20,8

O EBITDA e EBITDA Ajustado por distribuidora são os seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	4T21	4T20	Var. %	4T21	4T20	Var. %
EMT	442,3	429,6	+ 3,0	475,1	463,9	+ 2,4
EMS	359,4	178,6	+ 101,2	375,5	196,7	+ 90,9
ETO	86,3	104,6	- 17,5	94,4	114,8	- 17,8
ESS	106,2	80,4	+ 32,2	113,9	86,9	+ 31,2
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>997,1</b>	<b>796,0</b>	<b>+ 25,3</b>	<b>1.061,8</b>	<b>865,0</b>	<b>+ 22,7</b>
Margem EBITDA (%)	22,2	22,7	- 0,5 p.p.	23,7	24,7	- 1,0 p.p.

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	2021	2020	Var. %	2021	2020	Var. %
EMT	1.914,5	1.173,5	+ 63,1	2.054,1	1.289,3	+ 59,3
EMS	1.113,9	646,5	+ 72,3	1.182,9	706,9	+ 67,3
ETO	429,6	369,9	+ 16,1	464,0	399,3	+ 16,2
ESS	348,8	269,7	+ 29,3	378,0	293,0	+ 29,0
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>3.818,9</b>	<b>2.470,4</b>	<b>+ 54,6</b>	<b>4.091,1</b>	<b>2.699,4</b>	<b>+ 51,6</b>
Margem EBITDA (%)	24,5	21,9	+ 2,6 p.p.	26,2	23,9	+ 2,3 p.p.

Em 2021, o lucro líquido da Rede Energia totalizou R\$ 2.039,7 milhões, incremento de 66,1% em relação ao registrado em 2020. No 4T21, a Rede Energia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 465,6 milhões, contra R\$ 458,6 milhões no 4T20.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Rede Energia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T21	4T20	Var. %	Var. R\$	2021	2020	Var. %	Var. R\$
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>465,6</b>	<b>458,6</b>	<b>+ 1,5</b>	<b>7,0</b>	<b>2.039,7</b>	<b>1.227,9</b>	<b>+ 66,1</b>	<b>811,9</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(161,8)	(139,6)	+ 15,9	(22,2)	(601,5)	(379,2)	+ 58,7	(222,4)
(-) Resultado financeiro	(207,5)	(24,8)	+ 736,3	(182,7)	(542,3)	(223,3)	+ 142,9	(319,1)
(-) Amortização e depreciação	(162,1)	(173,0)	- 6,3	10,8	(635,3)	(640,1)	- 0,7	4,7
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>997,1</b>	<b>796,0</b>	<b>+ 25,3</b>	<b>201,1</b>	<b>3.818,9</b>	<b>2.470,4</b>	<b>+ 54,6</b>	<b>1.348,6</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	64,7	69,0	- 6,3	(4,4)	272,2	229,0	+ 18,9	43,2
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>1.061,8</b>	<b>865,0</b>	<b>+ 22,7</b>	<b>196,7</b>	<b>4.091,1</b>	<b>2.699,4</b>	<b>+ 51,6</b>	<b>1.391,8</b>
Margem do EBITDA (%)	22,2	22,7	- 0,5 p.p.		24,5	21,9	+ 2,6 p.p.	
Margem do EBITDA Ajustado (%)	23,7	24,7	- 1,0 p.p.		26,2	23,9	+ 2,3 p.p.	

A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas distribuidoras:

Lucro (Prejuízo) Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
EMT	257,7	268,7	- 4,1	1.143,0	678,0	+ 68,6
EMS	173,8	97,3	+ 78,6	601,4	342,4	+ 75,7
ETO	24,4	80,0	- 69,5	246,3	206,6	+ 19,2
ESS	50,3	41,0	+ 22,6	165,6	124,3	+ 33,2

Em 2020, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R\$ 10.461,0 milhões, o que representa aumento de 5,8% (R\$ 575,1 milhões) em relação ao registrado no ano anterior.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>3.776,2</b>	<b>3.552,0</b>	<b>+ 6,3</b>	<b>13.155,8</b>	<b>12.849,7</b>	<b>+ 2,4</b>
✓ Residencial	1.911,9	1.689,4	+ 13,2	6.381,7	5.957,5	+ 7,1
✓ Industrial	262,5	268,1	- 2,1	993,9	1.035,2	- 4,0
✓ Comercial	775,9	818,6	- 5,2	2.800,8	3.033,1	- 7,7
✓ Rural	456,4	376,2	+ 21,3	1.611,0	1.386,2	+ 16,2
✓ Outras classes	369,6	399,7	- 7,5	1.368,4	1.437,7	- 4,8
(+) Suprimento de energia elétrica	134,1	71,5	+ 87,4	299,4	506,5	- 40,9
(+) Fornecimento não faturado líquido	79,1	37,5	+ 110,8	184,7	186,1	- 0,7
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	363,0	306,7	+ 18,4	1.291,8	1.105,7	+ 16,8
(+) Receitas de construção	257,2	392,9	- 34,5	837,0	1.312,8	- 36,2
(+) Constituição e amortização - CVA	204,8	(233,8)	-	299,2	(119,9)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	217,1	191,9	+ 13,2	885,3	777,2	+ 13,9
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	119,3	71,1	+ 67,8	165,9	182,2	- 9,0
(+) Outras receitas	18,2	21,4	- 14,8	43,4	74,4	- 41,7
<b>Receita Bruta</b>	<b>5.169,0</b>	<b>4.411,2</b>	<b>+ 17,2</b>	<b>17.162,5</b>	<b>16.874,7</b>	<b>+ 1,7</b>
(-) Impostos sobre vendas	1.383,9	1.210,6	+ 14,3	4.745,3	4.457,8	+ 6,4
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(11,0)	(0,1)	+ 7.826,6	(25,9)	(6,0)	+ 328,7
(-) Encargos setoriais	292,1	242,6	+ 20,4	1.145,2	1.224,3	- 6,5
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>3.504,1</b>	<b>2.958,1</b>	<b>+ 18,5</b>	<b>11.297,9</b>	<b>11.198,6</b>	<b>+ 0,9</b>
(-) Receitas de construção	257,2	392,9	- 34,5	837,0	1.312,8	- 36,2
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>3.246,9</b>	<b>2.565,3</b>	<b>+ 26,6</b>	<b>10.461,0</b>	<b>9.885,8</b>	<b>+ 5,8</b>

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por empresa Valores em R\$ milhões	Período			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
EMT	1.605,8	1.306,9	+ 22,9	5.095,9	4.933,0	+ 3,3
EMS	924,9	750,9	+ 23,2	2.922,1	2.819,6	+ 3,6
ETO	428,8	440,0	- 2,6	1.453,0	1.696,3	- 14,3
ESS	544,1	459,9	+ 18,3	1.824,7	1.749,6	+ 4,3
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>3.504,1</b>	<b>2.958,1</b>	<b>+ 18,5</b>	<b>11.297,9</b>	<b>11.198,6</b>	<b>+ 0,9</b>
Receita de construção	257,2	392,9	- 34,5	837,0	1.312,8	- 36,2
<b>Rede Energia, sem receita de construção</b>	<b>3.246,9</b>	<b>2.565,3</b>	<b>+ 26,6</b>	<b>10.461,0</b>	<b>9.885,8</b>	<b>+ 5,8</b>

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 8.630,7 milhões em 2020, aumento de 5,0% (R\$ 407,6 milhões). A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>1.968,2</b>	<b>1.516,4</b>	<b>+ 29,8</b>	<b>6.327,1</b>	<b>5.948,5</b>	<b>+ 6,4</b>
1.1 Energia comprada	1.690,0	1.311,9	+ 28,8	5.368,4	5.186,0	+ 3,5
1.2 Transporte de potência elétrica	278,2	204,5	+ 36,0	958,7	762,5	+ 25,7
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>457,9</b>	<b>467,0</b>	<b>- 1,9</b>	<b>1.612,6</b>	<b>1.592,6</b>	<b>+ 1,3</b>
2.1 PMSO	419,1	455,4	- 8,0	1.384,5	1.519,4	- 8,9
2.2 Provisões/Reversões	38,8	11,6	+ 234,2	228,1	73,2	+ 211,7
2.2.1 Contingências	1,4	(17,9)	-	0,4	(64,9)	-
2.2.2 Devedores duvidosos	37,5	29,5	+ 26,9	227,7	138,0	+ 64,9
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>186,6</b>	<b>178,8</b>	<b>+ 4,3</b>	<b>691,0</b>	<b>681,9</b>	<b>+ 1,3</b>
3.1 Depreciação e amortização	173,0	160,3	+ 7,9	640,1	628,4	+ 1,9
3.2 Outras receitas/despesas	13,6	18,5	- 26,5	50,9	53,6	- 5,0
<b>Total (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>2.612,6</b>	<b>2.162,2</b>	<b>+ 20,8</b>	<b>8.630,7</b>	<b>8.223,1</b>	<b>+ 5,0</b>
Custo de construção	257,2	392,9	- 34,5	837,0	1.312,8	- 36,2
<b>Total (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>2.869,9</b>	<b>2.555,0</b>	<b>+ 12,3</b>	<b>9.467,7</b>	<b>9.535,9</b>	<b>- 0,7</b>

Nota: Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

#### Despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

PMSO Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Pessoal	230,3	212,8	+ 8,2	619,6	649,6	- 4,6
Fundo de pensão	(25,7)	2,4	-	(9,0)	19,8	-
Material	29,5	32,9	- 10,3	102,5	111,1	- 7,8
Serviços de terceiros	164,5	179,7	- 8,5	570,2	619,5	- 8,0
Outras	20,5	27,5	- 25,4	101,2	119,5	- 15,3
✓ Multas e compensações	1,5	15,8	- 90,8	11,2	11,5	- 2,2
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	14,9	63,9	- 76,7	46,6	50,0	- 6,8
✓ Outros	4,2	(52,2)	-	43,4	58,0	- 25,2
<b>Total PMSO Consolidado</b>	<b>419,1</b>	<b>455,4</b>	<b>- 8,0</b>	<b>1.384,5</b>	<b>1.519,4</b>	<b>- 8,9</b>
IPCA / IBGE (2019)	4,52%					
IGPM / FGV (2019)	23,14%					

Resume-se, a seguir, a geração de caixa da Companhia:

EBITDA Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
<b>(=) EBITDA</b>	<b>796,0</b>	<b>563,4</b>	<b>+ 41,3</b>	<b>2.470,4</b>	<b>2.291,1</b>	<b>+ 7,8</b>
(+) Receitas de acréscimos moratórios	69,0	45,1	+ 53,1	229,0	180,1	+ 27,2
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>865,0</b>	<b>608,5</b>	<b>+ 42,2</b>	<b>2.699,4</b>	<b>2.471,2</b>	<b>+ 9,2</b>
Margem EBITDA (%)	22,7	19,0	+ 3,7 p.p.	21,9	20,5	+ 1,4 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (%)	24,7	20,6	+ 4,1 p.p.	23,9	22,1	+ 1,8 p.p.

O EBITDA e EBITDA Ajustado por distribuidora são os seguintes:

Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	4T20	4T19	Var. %	4T20	4T19	Var. %
EMT	429,6	260,3	+ 65,0	463,9	281,9	+ 64,6
EMS	178,6	176,3	+ 1,3	196,7	188,0	+ 4,6
ETO	104,6	66,6	+ 57,1	114,8	73,3	+ 56,6
ESS	80,4	56,1	+ 43,3	86,9	61,1	+ 42,2
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>796,0</b>	<b>563,4</b>	<b>+ 41,3</b>	<b>865,0</b>	<b>608,5</b>	<b>+ 42,2</b>

Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %
EMT	1.173,5	1.055,9	+ 11,1	1.289,3	1.145,1	+ 12,6
EMS	646,5	636,0	+ 1,7	706,9	681,2	+ 3,8
ETO	369,9	344,3	+ 7,4	399,3	369,0	+ 8,2
ESS	269,7	236,6	+ 14,0	293,0	257,6	+ 13,7
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>2.470,4</b>	<b>2.291,1</b>	<b>+ 7,8</b>	<b>2.699,4</b>	<b>2.471,2</b>	<b>+ 9,2</b>

Em 2020, o lucro líquido da Rede Energia totalizou R\$ 1.227,9 milhões, incremento de 24,7% em relação ao registrado em 2019. No 4T20, a Rede Energia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 458,6 milhões, contra R\$ 172,3 milhões no 4T19.

A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas distribuidoras:

Lucro Líquido Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
EMT	268,7	171,0	+ 57,1	678,0	594,2	+ 14,1
EMS	97,3	101,4	- 4,1	342,4	333,2	+ 2,8
ETO	80,0	32,5	+ 146,2	206,6	178,4	+ 15,8
ESS	41,0	33,9	+ 21,0	124,3	116,1	+ 7,1
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>458,6</b>	<b>172,3</b>	<b>+ 166,1</b>	<b>1.227,9</b>	<b>984,4</b>	<b>+ 24,7</b>

Em 2019, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R\$ 29.885,8 milhões, o que representa aumento de 9,6% (R\$ 866,7 milhões) em relação ao registrado no ano anterior.

A seguir, as receitas operacionais líquidas por classe de consumo:

Descrição	Exercício		
	2019	2018	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>12.849,7</b>	<b>11.268,4</b>	<b>+ 14,0</b>
✓ Residencial	5.957,5	5.065,6	+ 17,6
✓ Industrial	1.035,2	1.003,7	+ 3,1
✓ Comercial	3.033,1	2.716,8	+ 11,6
✓ Rural	1.386,2	1.196,8	+ 15,8
✓ Outras classes	1.437,7	1.285,5	+ 11,8
(+) Suprimento de energia elétrica	506,5	442,6	+ 14,4
(+) Fornecimento não faturado líquido	186,1	176,7	+ 5,3
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	1.105,7	856,8	+ 29,0
(+) Receitas de construção	1.312,8	1.050,3	+ 25,0
(+) Constituição e amortização - CVA	(119,9)	412,0	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	777,2	736,4	+ 5,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	182,2	270,1	- 32,5
(+) Outras receitas	74,4	64,7	+ 15,0
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>16.874,7</b>	<b>15.278,0</b>	<b>+ 10,5</b>
(-) Impostos sobre vendas	4.457,8	3.915,8	+ 13,8
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(6,0)	57,7	-
(-) Encargos setoriais	1.224,3	1.235,0	- 0,9
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>11.198,6</b>	<b>10.069,5</b>	<b>+ 11,2</b>
(-) Receitas de construção	1.312,8	1.050,3	+ 25,0
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>9.885,8</b>	<b>9.019,2</b>	<b>+ 9,6</b>

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por empresa Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2019	2018	Var. %
EMT	4.933,0	4.373,4	+ 12,8
EMS	2.819,6	2.543,1	+ 10,9
ETO	1.696,3	1.531,1	+ 10,8
ESS	1.749,6	1.624,6	+ 7,7
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>11.198,6</b>	<b>10.069,5</b>	<b>+ 11,2</b>
Receita de construção	1.312,8	1.050,3	+ 25,0
<b>Rede Energia, sem receita de construção</b>	<b>9.885,8</b>	<b>9.019,2</b>	<b>+ 9,6</b>

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 8.223,1 milhões em 2019, aumento de 4,9% (R\$ 385,7 milhões). A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2019	2018	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>5.948,5</b>	<b>5.614,8</b>	<b>+ 5,9</b>
1.1 Energia comprada	5.186,0	4.891,3	+ 6,0
1.2 Transporte de potência elétrica	762,5	723,5	+ 5,4
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>1.592,6</b>	<b>1.530,3</b>	<b>+ 4,1</b>
2.1 PMSO	1.519,4	1.514,9	+ 0,3
2.2 Provisões/Reversões	73,2	15,4	+ 373,9
2.2.1 Contingências	(64,9)	(63,8)	+ 1,6
2.2.2 Devedores duvidosos	138,0	79,2	+ 74,4
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>681,9</b>	<b>692,3</b>	<b>- 1,5</b>
3.1 Depreciação e amortização	628,4	611,2	+ 2,8
3.2 Outras receitas/despesas	53,6	81,1	- 34,0
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>8.223,1</b>	<b>7.837,4</b>	<b>+ 4,9</b>
Custo de construção (*)	1.312,8	1.050,3	+ 25,0
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>9.535,9</b>	<b>8.887,7</b>	<b>+ 7,3</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Resume-se, a seguir, a geração de caixa da Companhia:

EBITDA Valores em R\$ milhões	Acumulado		
	2019	2018	Var. %
(=) EBITDA	2.291,1	1.793,1	+ 27,8
(+) Receitas de acréscimos moratórios	180,1	176,9	+ 1,8
(=) EBITDA Ajustado	2.471,2	1.970,0	+ 25,4
Margem EBITDA (%)	20,5	17,8	+ 2,7 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (%)	22,1	19,6	+ 2,5 p.p.

O EBITDA e EBITDA Ajustado por distribuidora são os seguintes:

Valores em R\$ milhões	EBITDA Ajustado		
	2019	2018	Var. %
EMT	1.145,1	1.002,8	+ 14,2
EMS	681,2	460,2	+ 48,0
ETO	369,0	259,0	+ 42,4
ESS	257,6	243,6	+ 5,8
Rede Energia Consolidada	2.471,2	1.969,9	+ 25,4

O resultado financeiro líquido da Rede Energia consolidada refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 414,7 milhões em 2019, redução de 7,3% em relação a 2018.

Em 2019, o lucro líquido da Rede Energia totalizou R\$ 984,46 milhões, incremento de 70,4% em relação ao registrado em 2018.

A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas distribuidoras:

Lucro Líquido Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2019	2018	Var. %
EMT	594,2	427,0	+ 39,2
EMS	333,2	170,6	+ 95,3
ETO	178,4	98,9	+ 80,4
ESS	116,1	111,2	+ 4,4
Rede Energia Consolidada	984,4	577,6	+ 70,4

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos não são reajustadas por um índice específico e sim, de acordo com a metodologia da Aneel. Já a receita da energia vendida para os consumidores livres é impactada pela variação no IGPM e IPCA, dependendo do contrato de cada distribuidora.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Variações no IPC-A afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

### 10.3. Comentários sobre:

#### a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

#### b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

#### c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

### 10.4. Comentários sobre:

#### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

#### c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

##### 2021

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não contém ressalvas. Nele, entretanto, há assuntos de auditoria julgados significativos para julgamento profissional. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidados, como um todo e na formação da opinião dos auditores sobre as

demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os diretores da Companhia consideram que estes assuntos foram solucionados nas referidas informações financeiras.

## **2020**

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 não contém ressalvas. Nele, entretanto, há assuntos de auditoria julgados significativos para julgamento profissional. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo e na formação da opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os diretores da Companhia consideram que estes assuntos foram solucionados nas referidas informações financeiras.

## **2019**

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não contém ressalvas. Nele, entretanto, há assuntos de auditoria julgados significativos para julgamento profissional. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo e na formação da opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os diretores da Companhia consideram que estes assuntos foram solucionados nas referidas informações financeiras.

### **10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia**

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

**Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e controladas consideram equivalentes de caixa como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

##### ***Ativos financeiros:***

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

#### Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas

à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

#### **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:**

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Clientes, consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 7; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 37.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia e controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia e controladas para cálculo final das perdas esperadas.

#### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### **Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

#### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Instrumentos financeiros derivativos:**

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangente" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

### **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 37, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

**Hedges de valor justo:** a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- a. **Cientes, consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- b. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- c. **Contrato de concessão de distribuição** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas, que estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura enquanto para o segmento de transmissão de energia elétrica disponibiliza sua infraestrutura para transportar a energia sendo remunerada através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante o prazo do contrato.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

- d. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da

concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

- e. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- f. **Combinação de negócios** - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificadas como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração;

- g. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- h. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas que são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O direito de uso de concessão alcança aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas EMT, EMS, ETO, conforme citado nas notas explicativas nº 1 e nº 20. Bem como, o valor justo dos ativos líquidos (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014) tem a sua amortização realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão;

- i. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos aos consumidores. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão (“ICPC 01”), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;
- j. Arrendamentos** - os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- **Ativos de direito de uso** - os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- **Passivo de arrendamento** - os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

## I. Redução a valor recuperável

### Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio** - teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis** - os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso** - as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- i. **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- ii. **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- iii. **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

**m. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

**n. Derivativos** - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração de resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 37.

**o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração e transmissão o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia e suas controladas.

**p. Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;

**q. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

**r. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

**s. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma

obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

- t. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

#### **Receita do segmento de distribuição:**

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUSD) são recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição, contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outros itens é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

#### **Demais receitas:**

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
- c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

**u. Benefícios pós-emprego** - as controladas oferecem aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações das controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual as controladas que são patrocinadoras pagam contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

As controladas participam do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

**v. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e

**w. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte complementar às demonstrações financeiras.

#### **10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
- a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- a.iv. contratos de construção não terminada
- a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (*off balance sheet*).

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (*off balance sheet*).

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b) natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

## 10.8. Principais elementos do plano de negócios da Companhia

### a.i. Investimentos

No ano, os investimentos totalizaram de R\$ 1.543,1 milhões, crescimento de 44,7% sobre o valor investido no ano anterior. Os investimentos realizados, por distribuidora, foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2021	2020	Var. %	2021	2020	Var. %	2021	2020	Var. %	2021	2020	Var. %
EMT	579,7	332,5	+ 74,4	4,3	112,1	- 96,2	12,0	21,7	- 44,8	595,9	466,2	+ 27,8
EMS	466,4	193,6	+ 140,8	43,8	19,1	+ 129,2	5,4	12,7	- 57,6	515,5	225,4	128,7
ETO	253,0	118,2	+ 114,0	30,1	44,5	- 32,2	2,3	11,0	- 79,1	285,4	173,7	+ 64,3
ESS	118,9	176,1	- 32,4	22,1	13,1	+ 68,5	5,3	12,0	- 56,2	146,3	201,2	- 27,3
<b>Total</b>	<b>1.418,0</b>	<b>820,3</b>	<b>+ 72,9</b>	<b>100,3</b>	<b>188,8</b>	<b>- 46,9</b>	<b>24,9</b>	<b>57,3</b>	<b>- 56,6</b>	<b>1.543,1</b>	<b>1.066,5</b>	<b>+ 44,7</b>

Em 2020, os investimentos totalizaram de R\$1.066,5 milhões, incremento de 7,9% sobre o valor investido em 2019. Os investimentos realizados, por distribuidora, foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %	2020	2019	Var. %
EMT	332,5	701,3	- 52,6	112,1	10,6	+ 957,5	21,7	22,6	+ 38,9	466,2	743,3	+ 6,1
EMS	193,6	204,7	- 5,4	19,1	15,4	+ 24,0	12,7	48,4	- 62,4	225,4	238,3	- 5,7
ETO	118,2	339,6	- 65,2	44,5	(13,0)	-	11,0	8,7	+ 188,5	173,7	351,7	+ 20,8
ESS	176,1	125,6	+ 40,2	13,1	16,5	- 20,6	12,0	12,2	+ 39,3	201,2	159,1	+ 14,5
<b>Total Distribuidoras</b>	<b>820,4</b>	<b>1.371,2</b>	<b>- 40,2</b>	<b>188,8</b>	<b>29,5</b>	<b>+ 540,0</b>	<b>57,4</b>	<b>91,9</b>	<b>- 0,2</b>	<b>1.066,5</b>	<b>1.492,4</b>	<b>+ 7,9</b>

Para 2022, as distribuidoras da Rede Energia e controladas deverão investir o montante de R\$ 2.003,0 milhões.

Investimentos previstos para 2022 R\$ milhões	Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (*)	Total
EMT	652,0	38,8	690,8	101,8	792,6
EMS	530,5	25,4	555,9	64,9	620,8
ETO	280,0	22,1	302,1	62,6	364,7
ESS	153,9	15,4	169,3	55,7	225,0
<b>Total Distribuidoras</b>	<b>1.616,5</b>	<b>101,6</b>	<b>1.718,1</b>	<b>284,9</b>	<b>2.003,0</b>

(\*) Recursos Oriundos de CDE, CCC, PFC e P&D/PEE

Os valores acima foram estimados pela Administração das Companhias e englobam os ativos elétricos e não-elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; e (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática.

### a.ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento de bancos comerciais, BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Os investimentos da Companhia e de suas controladas foram realizados com as fontes de financiamento descritas nos itens 10.1(d) e 10.1(f) deste Formulário de Referência. Para os investimentos a serem realizados no futuro, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamento descritas no item 10.1(e) deste Formulário de Referência.

**iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, tendo em vista que não estão previstos desinvestimentos.

**10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE ART. 10 DA IN CVM 481/09 - PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 27 DE ABRIL DE 2022**

**Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia propõe fixar em (i) 03 (três) o número de membros titulares; e (ii) 01 (um) o número de membros suplentes; para a nova composição do Conselho de Administração a ser eleita.

**12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:**

**TITULARES**

Nome: Ivan Müller Botelho		Data de Nascimento: 16/03/1934	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2022	Prazo do Mandato: até 27/04/2024
CPF: 002.991.386-15	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2022
Indicado pelo Controlador: SIM				Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não independente				Número de mandatos consecutivos: 04	

**Experiência profissional:**

Graduação em Engenharia Elétrica na University of Miami - Diploma de BSC Engenharia; Curso de Administração de Empresas para Altos Executivos, elaborado pela ELETROBRÁS, na Fundação Getúlio Vargas, em 1970; Curso de Administração para Altos Executivos no RPI -Rensselaer Polythecnic Institute em Troy - N.Y. -USA - 1970. Experiência profissional: Foi Vice-Presidente da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, Vice-Presidente da ABCE - Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica, membro do Conselho Consultivo da FIEMG - Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais e membro do Conselho Empresarial de Política Industrial da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema, da Energisa Minas Gerais e da Energisa Sergipe e membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Companhia. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Energisa Tocantins, da Energisa Mato Grosso, da Energisa Mato Grosso do Sul e da Rede Energia Participações S.A.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Nome: Ricardo Perez Botelho		Data de Nascimento: 28/06/1959	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2022	Prazo do Mandato: até 27/04/2024
CPF: 738.738.027-91	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2022
Indicado pelo Controlador: SIM				Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não independente				Número de mandatos consecutivos: 04	

**Experiência profissional:**

Graduação em Engenharia Eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro; Especialização em microeletrônica na Arizona State University, Tempe, AZ; e em 2014 concluiu o programa “Business School President´s Program on Leadership” na Harvard University em Cambridge, MA. Experiência profissional: Foi Engenheiro Eletrônico da CFLCL, empresa atuante no setor elétrico, Engenheiro Eletrônico da GTE Laboratories, empresa atuante no setor de telecomunicações, Engenheiro Eletrônico da GTE Communications Products - Tempe, empresa atuante no setor de telecomunicações, em Arizona (EUA), Chefe de Equipe de Desenvolvimento da Micron Technology - Signal Processing Group, empresa atuante no setor de tecnologia, em Arizona (EUA), diretor técnico-industrial da Multitel Microeletrônica, empresa fabricante de componentes de microeletrônica, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova América S.A., empresa atuante no setor têxtil, presidente do Conselho de Administração da Cat-Leo Cise (atual Energisa Soluções) e presidente do conselho da Usina Termelétrica de Juiz de Fora, empresa atuante no setor de energia elétrica. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Sergipe, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema e da Energisa S.A. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso, da Energisa Mato Grosso do Sul, da Energisa Tocantins, da Empresa de Eletricidade do Vale Paranapanema S.A. e Rede Energia Participações S.A., todas atuante no setor de energia elétrica.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente

Nome: Marcelo Silveira da Rocha		Data de Nascimento: 17/12/1940	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2022	Prazo do Mandato: até 27/04/2024
CPF: 008.285.306-10	Profissão: Engenheiro Agrônomo	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2022
Indicado pelo Controlador: SIM				Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não independente				Número de mandatos consecutivos: 03	

**Experiência profissional:**

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa-MG. Atua no Grupo Energisa há aproximadamente 50 anos; atualmente é membro do Conselho de Administração da Energisa S/A, Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A, Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A. Ex-Diretor Presidente da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A., de 2014 a 2016. Ex-Diretor Presidente da Energisa Paraíba e da Energisa Borborema- de 2008 a 2014; ex-Diretor Presidente da Energisa Sergipe, de 1997 a 2008; ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (atual Energisa Minas Gerais) - de 1977 a 1988; ex-membro do Conselho de Administração do ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico- de 1998 a 2004; ex-Vice Presidente da Associação Comercial de Sergipe, de 2001 a 2003.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;

- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

#### **SUPLENTE**

Nome: Mauricio Perez Botelho		Data de Nascimento: 30/12/1960	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2022	Prazo do Mandato: até 27/04/2024
CPF: 053.888.187-99	Profissão: Engenheiro Mecânico	Cargo Eletivo Ocupado: Suplente do Conselho de Administração			Data de Posse: 27/04/2022
Indicado pelo Controlador: SIM				Outros cargos e funções exercidas no emissor: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não independente				Número de mandatos consecutivos: 04	

#### **Experiência profissional:**

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho e em Finanças pela Tutane University School of Business (New Orleans - USA), foi analista de Projetos da Dow Corning Corporation (Midland - USA), assistente financeiro do vice-presidente da American Express Bank (New York) e membro do Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases. Iniciou sua carreira no Grupo Energisa em 1989. Durante os últimos cinco anos vem exercendo o cargo de conselheiro suplente da Energisa S.A., da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A., da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. e da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da Rede Energia Participações S.A., todas atuantes no setor de energia elétrica. O administrador é o vice-presidente financeiro do Grupo Energisa, exercendo o cargo de Diretor Financeiro das nove distribuidoras de energia elétrica controladas direta ou indiretamente pela Companhia (sendo, ainda, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das companhias abertas do Grupo Energisa), bem como exercendo o cargo de Diretor ou Administrador de todas as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Energisa.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:**

Nome	Número de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
CPF	Percentual de participação nas reuniões realizadas após a posse
IVAN MULLER BOTELHO 002.991.386-15	12 100%
RICARDO PEREZ BOTELHO 738.738.027-91	12 100%
MAURICIO PEREZ BOTELHO 738.738.107-00	12 00%
MARCELO SIVEIRA DA ROCHA 008.285.306-10	12 100%

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

A Companhia não possui comitês.

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:**

A Companhia não possui comitês.

**12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:**

O candidato Ivan Müller Botelho (Presidente do Conselho de Administração) é pai do Sr. Ricardo Perez Botelho, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do emissor.

O candidato Ivan Müller Botelho é pai do Sr. Maurício Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do emissor. O Sr. Maurício Perez Botelho também é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Ricardo Perez Botelho (Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia) é filho do Sr. Ivan Müller Botelho e irmão do Sr. Maurício Perez Botelho (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores).

Os Srs. Ricardo Perez Botelho e Maurício Perez Botelho também ocupam cargos na administração de sociedades controladas e controladoras do emissor.

**12.10. Relações de subordinação:**

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer sociedade controladora, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

#### 4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2018

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de setembro de 2019, aprovou a Política de Indicação e de Remuneração dos Administradores (“Política”), que tem, dentre os seus objetivos, estabelecer as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, e da Diretoria Estatutária da Companhia e suas controladas (“Grupo Energisa”).

A Política encontra-se disponível para consulta no site da Companhia (ri.energisa.com.br) e em sua página eletrônica no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Com relação às práticas de remuneração da Companhia, a Política está baseada nas seguintes premissas gerais:

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da Companhia no seu segmento;
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento;
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização; e
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.

Nos termos da Política, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia deverá ser fixada pela Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração, após sugestão do Comitê de Remuneração e Sucessão, fixar os honorários dos seus membros e dos membros da Diretoria.

A remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, por sua vez, é fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos previstos na Lei nº 6.404, de 1976 (“Lei das S.A.”).

Os membros dos Comitês de Assessoramento, por sua vez, poderão ser remunerados de acordo com o que determinar o Conselho de Administração da Companhia, observadas as premissas acima.

Nota-se, ainda, que os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades do cargo e nível de competitividade da Companhia.

Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, conservar profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

Destaca-se, por fim, que a remuneração também observa política de remuneração variável aprovada pelo Comitê de Remuneração em junho de 2012, que é um documento interno da Companhia.

**b. composição da remuneração, indicando:**

**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Risco da Companhia, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê de Divulgação e Comitê de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro é composta pelos elementos abaixo descritos:

**1 - Conselho de administração:** a remuneração do Conselho de Administração é atualmente composta por remuneração fixa anual e benefícios pós-emprego.

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores. O mercado Hay é utilizado para o Presidente e Vice Presidente do Conselho. Os demais conselheiros têm suas remunerações baseadas em práticas usuais de mercado, observadas as limitações do orçamento e sugestões da diretoria de gestão de pessoas.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos. O pacote de benefícios atualmente é oferecido para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa.

(b) Remuneração Variável:

A partir do exercício social de 2019 não houve mais remuneração variável para nenhum dos membros do Conselho. Nos exercícios anteriores somente o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho tinham direito a remuneração variável.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada oferecida para o Vice-Presidente do Conselho de Administração e atual Diretor Presidente, com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

**2 - Diretoria (Estatutária ou Não):** a remuneração da Diretoria é atualmente composta por remuneração fixa anual, remuneração variável e benefícios pós-emprego.

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito do FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

Incentivo de Longo Prazo (“ILP”): nos termos do Plano de ILP aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2018, esta remuneração é baseada em práticas de mercado e atrelada ao desempenho das ações, com constituição e período de “vesting”, podendo ser oferecida anualmente de acordo com as aprovações do Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

**3 - Conselho Fiscal:** os membros do Conselho Fiscal, quando o órgão for instalado, fazem jus apenas a remuneração fixa, nos termos da Lei das S.A..

Adicionalmente, possuem direito aos reembolsos legais de despesas de locomoção e estadias necessários ao desempenho da função. Sobre a remuneração fixa há o recolhimento de encargos sociais.

O Conselho Fiscal não é elegível à remuneração variável e não recebem qualquer tipo de benefício (como assistência médica, seguro de vida e benefícios pós-emprego.)

#### 4 - Comitês

Atualmente, apenas os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia recebem um valor fixo pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana de mercado. Os demais membros dos Comitês atualmente instalados não são remunerados por sua participação no referido comitê, mas apenas pelos outros cargos exercidos na Companhia uma vez que as atividades exercidas nestes comitês constam do rol de atividades definidas para os respectivos cargos.

##### ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%

##### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração dos integrantes da Diretoria Estatutária é definido em Assembleia Geral e tem como base pesquisa salarial realizada pela empresa de consultoria Korn Ferry HayGroup. A Companhia tem como prática fixar este pagar em observância à Mediana do Mercado Hay.

Os membros do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração devida à Diretoria Não Estatutária, por sua vez, segue os mesmos moldes da Diretoria Estatutária, mas não se sujeita a aprovação da Assembleia Geral.

Nota-se, a respeito da metodologia de cálculo, que o Mercado Hay 2021 utilizado como referência contempla: 73 empresas de vários portes e vários setores, 6 macro setores (Indústria de Base, Indústria Geral, Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comércio/Varejo e Agronegócio).

A Hay disponibiliza várias equações para cálculo da remuneração dos executivos. Na Companhia, as seguintes principais equações são utilizadas:

**Equação do Salário Base:** Salário nominal (base maio) anualizado de acordo com o número de salários pagos no ano. Equação utilizada para calcular a parcela fixa da remuneração dos administradores.

**Equação do Total em Dinheiro:** Salário Base acrescido dos incentivos de curto prazo alvos (bônus, participação nos resultados, prêmios, entre outros) pagos no último exercício fiscal. Equação utilizada para calcular a parcela variável da remuneração dos administradores.

#### **iv. razões que justificam a composição da remuneração**

Os administradores da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades dos respectivos cargos, visando a manter o nível de competitividade da Companhia, atraindo e retendo executivos e profissionais. Além disso, de forma geral, a estratégia de remuneração da Companhia busca atrelar a remuneração aos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia.

Nessa direção, destaca-se que, no caso do Conselho de Administração e dos seus Comitês de Assessoramento, conforme o caso, a estratégia de remuneração contempla remuneração fixa competitiva e benefícios em linha com as práticas de mercado.

No caso da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, por sua vez, a Companhia visa a balancear a parcela fixa e a parcela variável de sua remuneração, com foco também no alinhamento às metas de curto e longo prazo da Companhia.

#### **v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia são remunerados Pela Companhia.

Apenas não fazem jus a remuneração específica, por conta da participação em tais órgãos, os membros dos Comitês de Remuneração e Sucessão, Divulgação e Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro. Destaca-se, contudo, que os membros de tais comitês em regra são diretores, membros do Conselho de Administração e/ou funcionários da Companhia, sendo remunerados pelo exercício dos demais cargos na Companhia, conforme o caso.

#### **c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

A remuneração fixa devida aos membros da administração, nos termos anteriormente indicados, não está atrelada a indicadores de desempenho.

A determinação da remuneração variável de curto prazo da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, por sua vez, considera indicadores de desempenho alinhados com os objetivos da Companhia e contempla importantes aspectos de seus resultados, com foco nas finanças, clientes, processos internos, colaboradores e melhoria contínua.

Nesse sentido, os principais indicadores utilizados para remuneração variável de curto prazo são os seguintes:

- Despesas Controláveis
- Lucro Líquido Ajustado
- EBITDA Ajustado
- PDD + incobráveis
- Perdas Totais
- Inadimplência
- Pendente

- ISQP
- Estoque médio
- HE/HHT
- Projeção da base de remuneração

Em caso de superação das metas, a remuneração variável base poderá ser acrescida de até 25%.

No caso do ILP, os indicadores de desempenho utilizados são:

- FCL: Fluxo de Caixa Livre
- TSR: Total Shareholder Return

Em caso de superação das metas, a remuneração variável base poderá ser acrescida de até 200%.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Os valores da participação nos resultados são definidos de acordo com o desempenho de cada executivo. Este desempenho é medido por meio da metodologia de medição e gestão de desempenho *Balanced Scorecard* (“BSC”), sendo que para BSC = 100% paga-se a mediana do “mercado Hay”. Da mesma forma, para desempenhos inferiores, paga-se valor abaixo da mediana do “mercado Hay” e para desempenhos superiores, paga-se acima dessa mediana.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária recebem remuneração de acordo com as funções e atribuições específicas que venham a exercer em cada empresa do Grupo Energisa, em observância aos parâmetros previstos no art. 152 da Lei das S.A.. Nessa linha, leva-se em consideração os serviços prestados por cada administrador respectivamente para cada empresa do grupo da Companhia e a regulamentação aplicável para o setor. Assim, com relação à sua remuneração total, os administradores podem receber salários, benefícios e remuneração variável das empresas do Grupo Energisa. Vide, a respeito, os valores previstos no item 13.15 deste Formulário de Referência.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Em decorrência da compra ou alienação de controle societário, normalmente é pago, para os profissionais que atuaram diretamente na operação, um bônus definido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Não houve pagamento nos três últimos anos.

**h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando:**

- (i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, indicando de que forma participam:

Nos termos da Política, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração, após sugestão do Comitê de Remuneração e Sucessão, fixar os honorários dos seus membros e dos membros da Diretoria.

O Comitê de Remuneração e Sucessão da Companhia é o órgão responsável por auxiliar o Conselho de Administração nas questões relativas à (i) remuneração dos membros da administração; e (ii) indicação de pessoas para ocupar cargos na administração. Nesse sentido, referido Comitê tem entre suas atribuições propor remuneração compatível com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação da Companhia, a qual deverá contribuir para o estímulo e a retenção de profissionais devidamente qualificados para desempenho de suas funções, assim como o de atrair novos recursos sempre que necessário.

Adicionalmente, nota-se que a diretoria de Gestão de Pessoas apresenta para o Comitê a sugestão de remuneração individual em função da pesquisa elaborada pela Hay. O Comitê delibera sua aprovação ou propõe ajustes que julgar necessários antes de submeter o assunto ao Conselho de Administração da Companhia.

**(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:**

A remuneração individual é definida como base na pesquisa salarial realizada pela Korn Ferry HayGroup. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay para os membros da Diretoria. Os integrantes do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

Nota-se, a respeito da metodologia de cálculo, que o Mercado Hay 2020 utilizado como referência contempla: 73 empresas de vários portes e vários setores, 6 macro setores (Indústria de Base, Indústria Geral, Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comércio/Varejo e Agronegócio).

**(iii) Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:**

Anualmente, com base na proposta do Comitê de Remuneração e Sucessão, nos termos do item (i) acima.

**13.2 - Remuneração total por órgão reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Ano: 2019

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número total de Membros	4,00	3,00	0,00	7,00
c. Número de Membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
. Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
. Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
. Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.

Ano: 2020

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número total de Membros</b>	4,00	3,00	0,00	7,00
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>d. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
. Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
. Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
. Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>v. Remuneração Baseada em ações</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.

Ano: 2021

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número total de Membros</b>	4,00	3,00	0,00	7,00
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>d. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
. Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
. Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
. Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>v. Remuneração Baseada em ações</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.

Ano: 2022 (Para aprovação na Assembleia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número total de Membros</b>	4,00	3,00	0,00	7,00
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>d. Remuneração Segregada em:</b>				
<b>i. Remuneração Fixa Anual</b>	<b>24.227,30</b>	<b>25.431,10</b>	<b>0,00</b>	<b>49.658,40</b>
. Salário ou pró-labore	24.227,30	25.431,10	0,00	49.658,40
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros (INSS + FGTS)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ii. Remuneração Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
. Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
. Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	0,00	0,00
. Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>iii. Benefícios pós-emprego</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>v. Remuneração Baseada em ações</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral</b>	<b>24.227,30</b>	<b>25.431,10</b>	<b>0,00</b>	<b>49.658,40</b>

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.

O limite de remuneração acima, a ser aprovado pela Assembleia, refere-se ao período de maio/22 a abril/2023.

O limite para aprovação (R\$ 49.658,40) é o mesmo do ano anterior (R\$ 49.658,40).

### 13.3 - Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2019

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número total de Membros</b>	4,00	3,00	0,00	7,00
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>c. Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>d. Participação nos Resultados</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano: 2020

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número total de Membros</b>	4,00	3,00	0,00	7,00
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>c. Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>d. Participação nos Resultados</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano: 2021

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número total de Membros</b>	4,00	3,00	0,00	7,00
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>c. Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>d. Participação nos Resultados</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano: 2022 (a ser aprovado em Assembleia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>b. Número total de Membros</b>	4,00	3,00	0,00	7,00
<b>c. Número de Membros remunerados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>c. Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>d. Participação nos Resultados</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: (a) termos e condições gerais; (b) principais objetivos do plano; (c) forma como o plano contribui para esses objetivos; (d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor; (e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; (f) número máximo de ações abrangidas; (g) número máximo de opções a serem outorgadas; (h) condições de aquisição de ações; (i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; (j) critérios para fixação do prazo de exercício; (k) forma de liquidação; (l) restrições à transferência das ações; (m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e (n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

Os membros do Conselho e Diretoria não possuem valores mobiliários de emissão da Companhia. Apenas as posições abaixo em valores de emissão da controladora indireta Energisa S.A.

**Posição acionária na Energisa dos membros do Conselho de Administração**

Nomes	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Ivan Müller Botelho	699.800	2.751.000	3.450.800	0,19%
Maurício Perez Botelho	229.858	947.832	1.177.690	0,06%
Ricardo Perez Botelho	52.085	208.340	260.425	0,01%
Marcelo Silveira da Rocha	5.155	18.190	23.345	0,00%
<b>Total</b>	<b>986.898</b>	<b>3.925.362</b>	<b>4.912.260</b>	<b>0,27%</b>

**Posição acionária na Energisa dos membros da Diretoria**

Nomes	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	% s/ Capital Total
Maurício Perez Botelho	229.858	947.832	1.177.690	0,06%
Ricardo Perez Botelho	52.085	208.340	260.425	0,01%
<b>Total</b>	<b>281.943</b>	<b>1.156.172</b>	<b>5.196.030</b>	<b>0,29%</b>

**13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	4,00	3,00	0,00
c. número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
d. Nome do Plano	-		
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	
f. condições para se aposentar antecipadamente	Não se aplica		
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 0,00	
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 0,00	
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não se aplica		

**13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

#### Conselho de Administração

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2019	4	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	4	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	4	0,00	0,00	0,00	0,00

#### Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2019	3	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	3	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	3	0,00	0,00	0,00	0,00

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização.

**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza.

**13.15.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Exercício social 2021 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	27.766,08	5.429.376,67	0,00	5.457.142,75
Controladas do emissor	1.167.664,47	4.465.376,18	0,00	5.633.040,65
Sociedades sob controle comum	1.961.924,08	2.662.264,96	0,00	4.624.189,04

Exercício social 2020 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	53.342,10	5.828.232,97	0,00	5.881.575,07
Controladas do emissor	1.013.861,24	4.051.572,80	0,00	5.065.434,04
Sociedades sob controle comum	2.147.658,13	2.452.660,56	0,00	4.600.318,69

Exercício social 2019 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	56.907,85	5.210.281,84	0,00	5.267.189,69
Controladas do emissor	1.064.069,64	4.879.278,70	0,00	5.943.348,34
Sociedades sob controle comum	1.970.195,54	2.184.565,05	0,00	4.154.760,59

**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2019	2020	2021
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

### 13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

#### Incentivo de Longo Prazo aprovado na AGOE de 25 de abril de 2018:

Conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, a controladora indireta da Companhia, Energisa S.A., possui Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações (“Plano ILP”) aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2018.

No âmbito do Plano ILP, o Conselho de Administração da Energisa S.A. aprovou em reunião realizada em 10 de maio de 2018 o 1º Programa de Concessão de Ações, com as seguintes principais condições:

- **Prazo de Vigência:** foi implementado durante o ano calendário de 2018, tendo como duração total do ciclo o período de 3 (três) anos, iniciando-se em 02 de maio de 2018 e término 3 (três) anos depois.
- **Participantes:** foram elegíveis os diretores (estatutários ou não) da Companhia e de suas controladas, atualmente, 38 executivos.
- **Volume Individual:** o contrato a ser assinado com cada executivo estabelecerá o número base de units que poderá ser transferido, respeitado o volume global previsto no Plano, levando em consideração a remuneração base recebida pelo executivo em dezembro de 2017, ou no mês de seu ingresso na Companhia, caso posterior, e um múltiplo aplicável sobre tal remuneração base. O montante é convertido em número de units, conforme fechamento da unit na data da outorga, definida como o período de início do *vesting* (02 de maio de 2018).
- **Units e Metas:** o recebimento e a quantidade de units a serem recebidas pelo executivo dependerá do atingimento de metas corporativas que serão apuradas ao final do período de *vesting* de 3 (três) anos. O executivo participante receberá tais units após o período de *vesting*. A meta corporativa será definida de acordo com o “Fator de Desempenho” da Companhia, o qual será estabelecido pela inter-relação de duas métricas de geração de valor: Fluxo de Caixa Livre e TSR (*Total Shareholder Return*), de acordo com os critérios que ficarão em anexo ao contrato a ser assinado por cada executivo.
- **Valor de Referência:** a transferência das units será realizada a título gratuito aos executivos, observados os termos e condições estabelecidos no Plano e terão como valor de referência, a cotação das Units na B3, no pregão imediatamente anterior à data de transferência da propriedade das Units para o executivo.
- **Alternativa à Transferência de Ações:** conforme disposto no Plano, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, de forma alternativa à transferência das units realizar o pagamento em dinheiro do valor equivalente às units a que qualquer executivo faria jus, observado o Valor de Referência.
- **Restrições à Transferência das Ações:** o executivo somente poderá vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar ou onerar as units, se atendido o período mínimo de indisponibilidade a ser encerrado em 1 (um) ano contado da data de aquisição das units detidas pelo executivo (“Período de *Lock Up*”).

O 3º Programa de Concessão de Ações, por sua vez, foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2021, tendo as seguintes principais condições:

- **Prazo de Vigência:** foi implementado durante o ano calendário de 2020, tendo como duração total do ciclo o período de 29 (vinte e nove) meses, iniciando-se em 21 de dezembro de 2020 e término 29 (vinte e nove) meses depois.
- **Participantes:** foram elegíveis os diretores (estatutários ou não) da Companhia e de suas controladas, atualmente, 39 executivos.
- **Volume Individual:** o contrato a ser assinado com cada executivo estabelecerá o número base de units que poderá ser transferido, respeitado o volume global previsto no Plano, levando em consideração a remuneração base recebida pelo executivo em dezembro de 2020, ou no mês de seu ingresso na Companhia, caso posterior, e um múltiplo aplicável sobre tal remuneração base. O montante é convertido em número de units, conforme fechamento da unit na data da outorga, definida como o período de início do *vesting* (21 de dezembro de 2020).
- **Units e Metas:** o recebimento e a quantidade de units a serem recebidas pelo executivo dependerá do atingimento de metas corporativas que serão apuradas ao final do período de *vesting* de 29 (vinte e nove) meses. O executivo participante receberá tais units após o período de *vesting*. A meta corporativa será definida de acordo com o “Fator de Desempenho” da Companhia, o qual será estabelecido pela inter-relação de duas métricas de geração de valor: Fluxo de Caixa Livre e TSR (*Total Shareholder Return*), de acordo

com os critérios que ficarão em anexo ao contrato a ser assinado por cada executivo.

- **Valor de Referência:** a transferência das units será realizada a título gratuito aos executivos, observados os termos e condições estabelecidos no Plano e terão como valor de referência, a cotação das Units na B3, no pregão imediatamente anterior à data de transferência da propriedade das Units para o executivo.

- **Alternativa à Transferência de Ações:** conforme disposto no Plano, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, de forma alternativa à transferência das units realizar o pagamento em dinheiro do valor equivalente às units a que qualquer executivo faria jus, observado o Valor de Referência.

- **Restrições à Transferência das Ações:** o executivo somente poderá vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar ou onerar as units, se atendido o período mínimo de indisponibilidade a ser encerrado em 1 (um) ano contado da data de aquisição das units detidas pelo executivo (“Período de *Lock Up*”).

O 4º Programa de Concessão de Ações, por sua vez, foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2021, tendo as seguintes principais condições:

- **Prazo de Vigência:** foi implementado durante o ano calendário de 2021, tendo como duração total do ciclo o período de 3 (três) anos, iniciando-se em 14 de maio de 2021 e término 13 de maio de 2024.

- **Participantes:** foram elegíveis os diretores (estatutários ou não) da Companhia e de suas controladas, atualmente, 39 executivos.

- **Volume Individual:** o contrato a ser assinado com cada executivo estabelecerá o número base de units que poderá ser transferido, respeitado o volume global previsto no Plano, levando em consideração a remuneração base recebida pelo executivo em dezembro de 2020, ou no mês de seu ingresso na Companhia, caso posterior, e um múltiplo aplicável sobre tal remuneração base. O montante é convertido em número de units, conforme fechamento da unit na data da outorga, definida como o período de início do *vesting* (14 de maio de 2021).

- **Units e Metas:** o recebimento e a quantidade de units a serem recebidas pelo executivo dependerá do atingimento de metas corporativas que serão apuradas ao final do período de *vesting* de 36 (trinta e seis) meses. O executivo participante receberá tais units após o período de *vesting*. A meta corporativa será definida de acordo com o “Fator de Desempenho” da Companhia, o qual será estabelecido pela inter-relação de duas métricas de geração de valor: Fluxo de Caixa Livre e TSR (*Total Shareholder Return*), de acordo com os critérios que ficarão em anexo ao contrato a ser assinado por cada executivo.

- **Valor de Referência:** a transferência das units será realizada a título gratuito aos executivos, observados os termos e condições estabelecidos no Plano e terão como valor de referência, a cotação das Units na B3, no pregão imediatamente anterior à data de transferência da propriedade das Units para o executivo.

- **Alternativa à Transferência de Ações:** conforme disposto no Plano, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, de forma alternativa à transferência das units realizar o pagamento em dinheiro do valor equivalente às units a que qualquer executivo faria jus, observado o Valor de Referência.

**Restrições à Transferência das Ações:** o executivo somente poderá vender, ceder, transferir ou, de qualquer forma, alienar ou onerar as units, se atendido o período mínimo de indisponibilidade a ser encerrado em 1 (um) ano contado da data de aquisição das units detidas pelo executivo (“Período de *Lock Up*”).

### Cálculo do número de membros dos órgãos da administração:

Os quadros abaixo contemplam as respectivas memórias de cálculo do número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria previstos nos itens 13.2 e 13.11 deste Formulário de Referência, seguindo os critérios recomendados pelo Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP.

#### 2019

Conselho de Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00

Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00

#### 2020

Conselho de Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00

Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00

#### 2021

Conselho de Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00

Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00

## 6. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 1. Instruções aos participantes por meio de plataforma eletrônica:

Com base na Instrução CVM 481, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*. Os acionistas que participarem por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia serão considerados presentes à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, bem como assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo único da Instrução CVM 481.

Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico [ri@energisa.com.br](mailto:ri@energisa.com.br), até às 09:00 horas do dia 25 de abril de 2022, com a documentação indicada nos itens abaixo.

A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia digital, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples dos seguintes documentos: (i) documentos indicados nos itens 2 e 3 abaixo; e (ii) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista.

**Os Acionistas que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para participação virtual até às 09:00 horas do dia 25 de abril de 2022 não poderão participar da Assembleia.**

Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, a Companhia enviará para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, além de informações sobre os canais de contato para envio de eventuais questionamentos, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante.

O Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação virtual e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail com o link e instruções para acesso e participação nas Assembleias até às 09:00 horas do dia 26 de abril de 2021, deverá entrar em contato com a Companhia até às 07:00 horas do dia 27 de abril de 2021, pelo e-mail [ri@energisa.com.br](mailto:ri@energisa.com.br), a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso.

O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista.

**A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista nas Assembleias por meio da Plataforma Digital.**

Para assegurar também a autenticidade e segurança das Assembleias, a Companhia informa que ela será integralmente gravada.

Excepcionalmente para estas Assembleias, e com o intuito de assegurar a participação dos Acionistas, a Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notariação, legalização/apostilamento e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles assinados fora do país, porém a tradução simples de referidos documentos estrangeiros continuará sendo exigida, exceto para os documentos emitidos em inglês.

A Companhia recomenda que os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma, por vídeo e áudio e também realizem o cadastro completo na plataforma tão logo recebam o link, pois ele ainda será validado pela Companhia.

A Companhia solicita que, no dia da Assembleia, os acionistas/participantes credenciados acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos da Assembleia.

## 2. Acionista Presente

A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples dos seguintes documentos:

- documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
- comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, o qual se recomenda tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias Gerais;
- relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

## 3. Procuradores

O acionista que não puder comparecer e desejar participar da Assembleia Geral digital poderá constituir procurador com poderes para representá-lo.

Conforme previsto na Lei das S.A. (Lei nº 6.404, de 15.12.1976, parágrafo 1º do art. 126), o procurador deverá ser acionista da Companhia, advogado ou administrador da Companhia ou de instituição financeira/fundo de investimento. O procurador deverá ter sido instituído há menos de um ano da data da Assembleia Geral.

O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer às assembleias gerais como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas nas Assembleias Gerais digitais caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Vale mencionar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1.º da Lei das S.A.; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

Para fins de melhor organização dos trabalhos, a Companhia solicita, nos termos do § 2º do artigo 13 do estatuto social, que os acionistas depositem os documentos necessários para participação nas Assembleias na sede da Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. **Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail [ri@energisa.com.br](mailto:ri@energisa.com.br).**

Ressalta-se que os acionistas poderão participar das Assembleias ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentar tais documentos na abertura das Assembleias Gerais, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da Instrução CVM 481.

## 4. Boletim de Voto

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

#### 4.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços - Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Os agentes de custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da B3 que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização das Assembleias, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Instrução CVM nº 481, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

#### 4.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

No que se refere às formalidades necessárias para aceitação do Boletim de Voto a Distância, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos:

a. via original do Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido, rubricado (em todas as páginas) e assinado, observado que a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma de boletins emitidos em território brasileiro e a notariação daqueles emitidos fora do país;

b. cópia dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

- Documento de identidade do acionista válido com foto.

Pessoas jurídicas:

- Documentos comprobatórios de representação, incluindo os atos constitutivos e a ata de eleição dos administradores e, no caso de fundo de investimento, cópia (i) do regulamento do fundo em vigor, (ii) do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e (iii) a ata de eleição dos respectivos administradores.

- Documento de identidade do representante legal válido com foto.

O Boletim e os documentos acima devem ser recebidos até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 20 de abril de 2022, conforme disposto no artigo 21-B da Instrução CVM 481, e aqueles recebidos após esta data serão desconsiderados.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados à Gerência de Relação com Investidores, preferencialmente para o endereço eletrônico: [ri@energisa.com.br](mailto:ri@energisa.com.br).

Durante o prazo de votação, o Acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o Acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o Acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia digital, portando os documentos exigidos pela Companhia para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via Boletim sejam desconsideradas.

Além das informações constantes no Edital de Convocação, na Proposta da Administração e nesta proposta, os acionistas da Companhia poderão sanar eventuais dúvidas por meio de contato com a Gerência de Relações com Investidores, através do e-mail: [ri@energisa.com.br](mailto:ri@energisa.com.br)

## 5. Conflito de Interesses

Durante a realização das Assembleias, assim como ocorre nas reuniões do órgão de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de qualquer situação conflituosa em relação a outro Acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesses, o Acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o Acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente das Assembleias deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

Cataguases, 28 de março de 2022.

**Ivan Müller Botelho**  
**Presidente do Conselho de Administração**